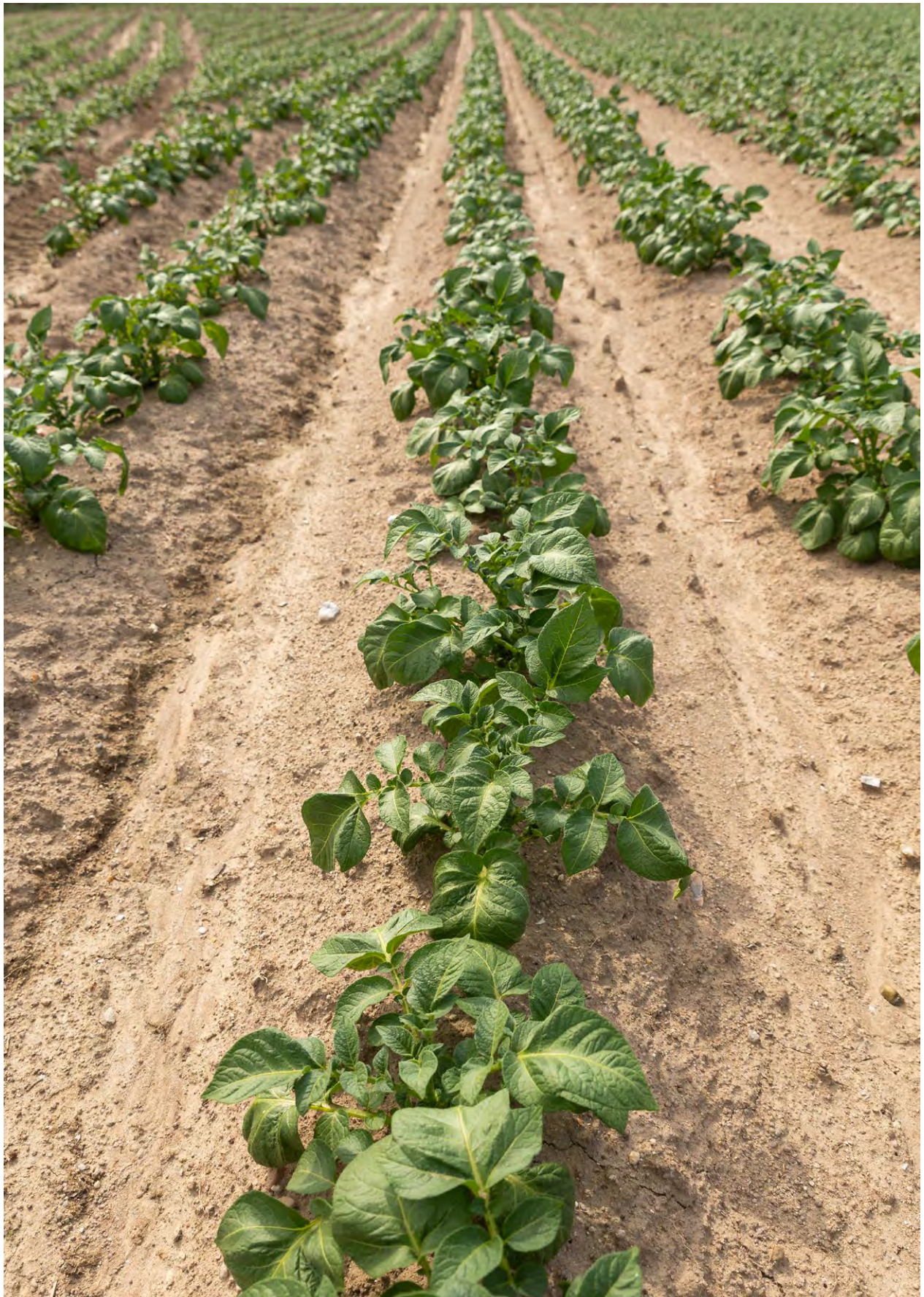




Terramaia #8

Publicação semestral do Município da Maia
Edifício dos Paços do Concelho
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
Maia

Propriedade
Município da Maia
revistaterramaia@cm-maia.pt

Edição
Pelouro de Planeamento Territorial,
Mobilidade e Transportes e Pelouro da
Cultura

Diretor
Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico
José Carlos Portugal

Coordenação Editorial
Sofia Barreiros

Produção
SCOPIO EDITIONS

Consultor Editorial
Pedro Leão Neto

Design
Né Santelmo
Artur Leão

Impressão
Multiponto S.A.

agosto, 2025

ISSN 2184-6448
ISBN 978-989-9259-05-8
Dep. Legal - 465190/19
Tiragem
65.000 exemplares

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma
parte desta publicação pode ser reproduzida,
copiada ou transmitida de qualquer forma ou
por qualquer meio ou armazenada em qualquer
sistema de armazenamento ou recuperação de
informações sem a permissão por escrito do
editor. Todas as fotografias apresentadas neste
livro são © dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras
ortográficas adotadas por cada autor.

Autores - Fotografia

Foto Figueiredo, Maia
p. 6-10, 12, 14-15, 20-21

António Lopes
p. 13

Paulo Aroso
p. 16 - 19

Coleção da fotógrafa Maria da Conceição
de Lemos de Magalhães, mulher do
Conselheiro Luis de Magalhães e bisavó de
Rita Van Zeller, que gentilmente as cedeu.
p. 25

Autores - Textos

A equipa editorial agradece ao Eng.º
Manuel Tavares a prestimosa colaboração
na organização e acompanhamento das
entrevistas, bem como na recolha das
fotografias.

José Carlos Portugal
Mário Nuno Neves
Nuno Pedroso e Fátima Baptista
Paulo Ramalho
Rui Teles de Menezes

Capa

Foto Figueiredo, Maia

Contracapa

Feira das Cebolas Castelo da Maia
Inícios sec. XX
Arquivo Municipal do Porto

Nota de Abertura

Da matriz rural histórica a uma
agricultura com futuro

António Domingos da Silva Tiago

1

Editorial

O mistério da subvalorização da
Agricultura

José Carlos Portugal

2

Entrevista

Joaquim Araújo

7

Entrevista

Olinda Maia e José Dias

9

Entrevista

António Lopes

13

Entrevista

Paulo Aroso

17

Entrevista

Jorge Bessa

21

A Importância da Agricultura na
Formatação Cultural da Humanidade

Mário Nuno Neves

24

As novas Agricultura e Silvicultura
sob a Estratégia Europeia-Desafios e
Oportunidades

Paulo Ramalho

26

Paisagens em Transição:
Agroecologia, Floresta, Território e
Sustentabilidade

Nuno Pedroso e Fátima Baptista

29

Uma História de Amor à Terra -
Augusto Simões

Rui Teles de Menezes

32

Imagem de síntese elaborada a partir
das Cartas do novo Plano Director
da Maia

Elaborada por Gilberto Guerreiro
Ranhada, Divisão de Planeamento
Territorial, Câmara Municipal da Maia

37

DA MATRIZ RURAL HISTÓRICA A
UMA AGRICULTURA COM FUTURO

António Domingos da Silva Tiago (*)

A agricultura na Maia, desde tempos ancestrais, teve sempre uma incontornável relevância na sua realidade demográfica e social, enquanto principal atividade económica e meio de subsistência da sua população.

Essa realidade rural que a Terra da Maia foi durante largos séculos, moldou o sistema de valores, crenças, usos, costumes, tradições, formas de ver, ser e estar na vida e no Mundo, que no seu cômputo global, constitui, ainda hoje, a base matricial da nossa identidade cultural local.

Esses fundamentos em que se alicerça a identidade coletiva da comunidade concelhia, encontram maior notoriedade material nas freguesias onde continua a ser possível ver e sentir essas referências, materiais ou intangíveis, do património local, quer no edificado fortemente vinculado à Lavoura, como na sua envolvente natural afeta a essa atividade.

É óbvio que, desde o segundo quartel do século passado que a Maia, pela sua localização geoestratégica, no contexto, atualmente, metropolitano, começou a sofrer mudanças que deram início à transformação da realidade do seu território. Uma transformação que se adensou substantivamente até ao final do século, impactada por uma forte industrialização e, ainda que ténue, terceirização, que já neste século teve um incremento assinalável.

Se é verdade que a Lavoura foi perdendo a sua força económica, abrindo espaço a outros setores de atividade, potencialmente mais geradores de riqueza e oferta de trabalho mais significativa, essa atividade que outrora era claramente predominante, pese embora os efeitos, diretos ou colaterais, do desenvolvimento e progresso económico, continua a ter na Maia um peso reconhecível no nosso vibrante e dinâmico ecossistema humano, social e económico.

Perspetivada numa visão estratégica e holística de um desenvolvimento integralmente sustentável, a partir da qual, com a fortíssima participação democrática e compromisso da cidadania concelhia, se desenhou a 2ª revisão do Plano Diretor Municipal, a agricultura é um dos setores de atividade económica contemplado neste plano de governação local.

Nesse instrumento de extrema importância para a regulação, presente e futura, dos usos e interações humanas com o território, a agricultura encontra espaço e futuro.

Um futuro em que a herança genética e cultural se poderá compaginar com novas abordagens e tecnologias que trarão novos processos produtivos e outras formas de distribuição e comercialização mais rentáveis.

A agricultura que já se vai praticando hoje na Maia e que no futuro se tornará, cada vez mais, uma prática corrente, que privilegiará a sustentabilidade e responsabilidade ambiental, sem comprometer a racionalidade e viabilidade económica, será, certamente, uma atividade baseada no uso eficiente e parcimonioso dos recursos naturais, mormente da água, apostando, ainda mais, na hidroponia¹, desenvolvendo culturas que não carecem de grande extensão de terreno plano, tiram partido de estruturas verticais, utilizam sistemas de rega altamente eficientes e uma monitorização das culturas apoiada em sistemas de controlo que fornecem informação crítica em tempo real, a partir de sensores que medem múltiplas variáveis. E este futuro já chegou à Maia.

Na verdade, esta edição da revista Terra Maia, assume um papel documental histórico de grande valia, enriquecendo o acervo editorial do Município da Maia e de todos os municípios que a receberam em sua casa. Ao ler o seu conteúdo, desfrutando da qualidade dos textos aqui plasmados, será possível compreender de onde vimos, onde estamos e para onde caminhamos, no que alude à agricultura na Maia.

Felicito e agradeço, através da equipa editorial, o empenho e dedicação de todos os autores que, generosamente, partilham connosco todo o seu duto conhecimento e sabedoria.

(*) Engenheiro Civil

Presidente da Câmara Municipal da Maia

1. A Hidroponia (a partir do grego *hydro* + *ponos* = água + trabalho), é uma técnica de cultivo fora do solo, na qual as raízes das plantas recebem uma solução nutritiva através da água. Como todas as técnicas inovadoras, tem feito caminho através do seu aperfeiçoamento, construído sobre as polémicas – vantagens vs desvantagens – a que também não escapou. Nota do Editor.

O MISTÉRIO DA SUBVALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA

EDITORIAL

José Carlos Portugal (*)

- Segurança alimentar:** *A agricultura é fundamental para garantir a produção de alimentos suficientes para alimentar a população mundial crescente, promovendo a segurança alimentar global.*

Sustento de milhões de pessoas: *A agricultura sustenta milhões de pessoas ao redor do mundo, seja diretamente, como agricultores e trabalhadores rurais, ou indiretamente, através de indústrias relacionadas, como alimentos processados e produtos agrícolas.*

Desenvolvimento econômico: *Em muitos países em desenvolvimento, a agricultura é um dos principais motores da economia, gerando emprego, renda e impulsionando o crescimento do PIB.*

Preservação do meio ambiente: *Quando praticada de maneira sustentável, a agricultura pode promover a conservação do solo, da água e da biodiversidade, essencial para a manutenção do equilíbrio ecológico.*

Fonte de matéria-prima: *A agricultura não fornece apenas alimentos, mas também matéria-prima para diversas indústrias, como têxtil, farmacêutica e cosmética, essencial para diversos produtos do nosso cotidiano.*

Contribuição para as mudanças climáticas: *A agricultura tem um papel crucial na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com práticas como o cultivo de plantas que sequestram carbono e técnicas agrícolas que reduzem a emissão de gases de efeito estufa.*

Estabilidade social: *Ao garantir a produção local de alimentos e o acesso a recursos naturais, a agricultura contribui para a estabilidade social e para a redução das desigualdades, promovendo o desenvolvimento em áreas rurais.*

Resposta de Inteligência Artificial – ChatGPT (OpenAI) – ao pedido: “Sete frases que expliquem a importância da agricultura nos dias de hoje”. 24 de Junho de 2025

Abro este editorial com uma “citação” da resposta que obtive de um dos motores de Inteligência Artificial hoje disponíveis. Tem o valor simbólico e metafórico de demonstrar que até mesmo um robô (que não bebe leite, nem come alfaces, batatas ou mirtilos...) tem bem consciente a importância crucial da Agricultura.

No “Fecho” da Terra Maia #07 escrevi: “No sector primário da actividade humana, a agricultura é a mais nobre das criações do homem, ao estabelecer com a terra que habita uma relação de cooperação profunda e perene (sem a terra, não há vida) a qual, sendo equilibrada e inteligente, é recíproca e generosa – recebe e oferece.”

E no título, ao jeito de pergunta retórica, lançava: “De onde vêm, hoje, as alfaces do quintal da minha avó?”

Ora, do meu ponto de vista, essa é mesmo uma das duas questões problemáticas centrais no tema da agricultura hoje – a pegada ecológica da cadeia alimentar gerada

pelas redes de distribuição comercial, de par com a globalização mercantil da oferta exógena. A segunda questão, bem mais complexa de resto, atende à potenciação da produção alimentar com recurso a tecnologia(s) – mecânica/robótica, química e bio-genética – e aos modos intensivos em extensão¹ das unidades de cultura, perante a incapacidade de planeamento e articulação transnacional, gerando rupturas ambientais relevantes – a exaustão dos solos aráveis ou a contaminação dos sistemas hídricos – em muitas regiões do Planeta, cujo equilíbrio integrado enquanto biótopo é fundamental (a prazo, pelo menos, isto é já inexorável) para a sobrevivência da maioria das formas de vida animais e vegetais, outrossim e desde logo a humanidade, naturalmente.

1. Não confundir com modo de produção extensiva. Com efeito, refiro-me, por exemplo, a mono-culturas em enormes porções de território.

As hortas e os galinheiros dos urbanitas² XXI (na verdade, desde o último quartel de XX...), deixaram de ser no quintal (que não têm) tanto quanto no do seu vizinho (que mal conhecem do elevador).

Vale por dizer que nos grandes aglomerados urbanos, onde a afluência populacional não pára de crescer, o quintal das galinhas, dos legumes e das frutas mudou-se para o hipermercado no nó de asfalto da autoestrada 84. Autênticos paraísos do consumo livre e despreocupado nos quais, de par com produtos que nunca poderíamos cultivar na nossa terra (ex: manga), nos apresentam guloseimas fora-de-estação (ex: uvas, morangos) as quais produzimos ancestralmente na nossa terra mas, fora da época, vieram da África do Sul, ou do Brasil, ou... Tomando como exemplo a manga, ainda nos é oferecido o requinte de escolher no escaparate um nível *premium* do produto: a “manga de avião”. Todos nós temos uma ideia (mínima que seja) do que representa uma viagem aérea transoceânica em termos de pegada ecológica. Tal como temos as bases mínimas para ficar desconfiados perante morangos fora de época do tamanho de pêras “do Entroncamento”. Acredito que muitos de nós, tendo caído uma ou outra vez na vistosa tentação, teremos concluído que aquele morango era mais água do que outra coisa, ou que aquele limão era mais casca grossa e capas rijas do que sumo, ou que aquelas batatas muito limpinhas e brilhantes, eram de pouco préstimo para assar, menos ainda para fritar e nem sequer para cozer.

Na minha infância no interior de Angola, as ruas da vilória onde viviam os meus pais eram ladeadas por frondosas mangueiras e nos “mussocos” onde viviam os meus amigos havia, pelo menos, uma grande mangueira por cubata – a época das mangas era gloriosa. Com o regresso forçado a Portugal penei uma “nostalgia da manga” por mais do que duas décadas. Muito esporadicamente compro uma manga para mitigar essa saudade. Não curei a nostalgia e, pior, acabei com má-consciência ao comprar o tal *premium* da “manga de avião”.

Esta nota, mais pessoal, serve-me de caminho para referir uma das questões comportamentais (e civilizacionais...) do quotidiano urbanita na actualidade: **o consumo responsável**.

2. “Urbanita” é um neologismo já integrado no léxico oficial dos dicionários de língua portuguesa e que significa literalmente: “que ou quem é habitante da cidade = citadino”. Nota do Editor.

Na verdade, trata-se mais de um direito (e de um poder) do que de um dever. No modelo consumista contemporâneo, não há economia sem mercado(s), todavia, não há mercado sem consumo – toda a dinâmica mercantil actual assenta na pulsão consumista. Há transformações e intervenções na dinâmica das sociedades que são prerrogativa dos governos na esfera da decisão legislativa e executiva democráticas e institucionais. Contudo, outras há que dependem, apenas, da determinação do cidadão comum – se uma expressiva quantidade de cidadãos decidir (decisão que depende apenas de si próprios) não ver um determinado canal de televisão, esse canal, mais cedo do que tarde, deixa de existir. Exactamente tal como acontece com qualquer tipo de produto alimentar.

Não se trata de demonizar os templos do consumismo retalhista – centros comerciais e hipermercados – mas é um facto que praticamente dizimaram o pequeno comércio local, outrossim os mercados de rua ou de bairro ou mesmo os de dimensão municipal, e isso representa uma perda ecológica (e social, em certos aspectos). Trata-se, como em muitas dimensões da vida, de aplicar “conta, peso e medida” às decisões que tomamos no exercício cívico da cidadania. A comodidade de ir de automóvel a um hipermercado fazer todas as compras necessárias (além das que, pelo caminho, somos levados a comprar sem delas necessitarmos...) é muito difícil de contestar. Todavia, quando damos atenção aos legítimos lamentos dos produtores que nos revelam a chocante diferença entre o preço que lhes é pago e aquele que vemos na prateleira, percebemos que essa cadeia que proporciona todo esse conforto “moderno” ao consumidor, contém distorções que penalizam injustamente o agricultor ou o criador que produzem o alimento. E isso está errado! A intermediação e a distribuição têm um papel importante na dinâmica do quotidiano da sociedade actual, mas a verdade é que quando a concorrência comercial acontece, acaba quase sempre por ser o produtor que tem que suportar a redução das suas já apertadas margens de remuneração. E isso é injusto!

Embora haja notícia de um número crescente de iniciativas cidadãs (mais notórias internacionalmente) de criação de movimentos de regeneração das cadeias de consumo alimentar de proximidade e advogando políticas de reformulação/recuperação da actividade agrícola em contextos periurbanos ou mesmo urbanos, a assertividade dessas dinâmicas dependerá sempre da adesão comprometida do consumidor.

Frequentar os mercados locais ou mesmo abastecer-se na loja da Cooperativa Agrícola da Maia é uma forma de afirmar essa vontade de mudança para hábitos mais sustentáveis, encurtando em muito a pegada ecológica na cadeia alimentar, favorecendo o produtor a quem, aliás, até podemos recorrer para todas as explicações que desejemos – uma espécie de “regresso ao quintal”.

Este número da Terra Maia, pelo que vai escrito, mas sobretudo pelo que o leitor absorverá do conteúdo, não poderia destratar uma efeméride muito importante da comunidade maiata – o cinquentenário da Cooperativa Agrícola da Maia. Na Terra Maia #06, aliás, pode o leitor reler o interessante texto histórico de Rui Teles de Menezes justamente sobre a história desta agremiação.

A agricultura, ou melhor – a Lavoura – é a matriz identitária (e, por isso, cultural) da ancestral Terra da Maia. Com efeito, não haverá “historiografia antropológica” que, pretendendo respeitabilidade, possa destratar ou menozar a matriz rural desse território e suas gentes.

Quando a transição do milénio “obrigou” o que restava da Terra da Maia a afirmar-se na visibilidade metropolitana, não foi possível assegurar a salvaguarda em plenitude das marcas dessa ancestralidade. Tal como nas outras cidades do País, a urbanização em mancha cresceu exponencialmente (pouco acompanhada por um robusto ordenamento territorial integrado até à primeira década de XXI) mas, com algum esforço técnico e a possível protecção política, ainda hoje subsistem extensas bolsas de solo arável de excelência onde a rejuvenescida (em energia empreendedora e conhecimento científico) comunidade de agricultores maiatos desenhará e concretizará o advento de uma nova forma de encarar e integrar nos territórios metropolitanos as práticas da agricultura e da silvicultura intra-urbanas, produzindo para consumo saudável e em cadeias curtas de distribuição.

O Município está a alavancar a criação de um Laboratório Agro-Florestal (LAF-Maia), tendo como parceiro privilegiado a Cooperativa Agrícola da Maia e uma assessoria científica oriunda da Universidade. O propósito é construir um centro de conhecimento, experimental e demonstrador, com o objectivo de apoiar os agricultores

no progresso da adopção das melhores práticas de cultivo e preservação do solo arável. Na linha, aliás, das orientações da União Europeia, designadamente da recente “Declaração de Bruxelas” onde está plasmada a estratégia conjunta dos Estados da União rumo ao reforço e consolidação da prática da Agricultura Biológica ou Regenerativa (deixando de lado, aqui e agora, a controvérsia sobre os termos), especialmente em contextos de territórios urbanizados, em conjugação com uma nova geração de normas de comercialização para os produtos agrícolas nas quais, por exemplo, se defende a instituição de um primado de “compras públicas locais” para abastecer os serviços na dependência da Administração Pública.

Com as devidas sagacidade e persistência, tendo o LAF-Maia em actividade, será possível abrir linhas de financiamento importantes, bem como estabelecer parcerias entre produtores para utilização conjunta (devidamente planeada) de parcelas diminutas e/ou dispersas, com vista a ultrapassar, sem prejuízo da propriedade naturalmente, uma das maiores dificuldades destes territórios – a fragmentação parcelar.

Este número, como já foi dito, não poderia ignorar o Cinquentenário da Cooperativa Agrícola da Maia. Assim, a equipa editorial concebeu e promoveu um conjunto de entrevistas³ a um grupo de agricultores que administram hoje explorações no território do Município. Atenderam a essas entrevistas **Joaquim Araújo; Olinda Maia e José Dias; António Lopes; Paulo Aroso e Jorge Bessa**. Tendo sido propósito editorial apresentar experiências de diferentes tipos de produção, o conjunto dos testemunhos permite extrair a capacidade empreendedora, a continuidade geracional na profissão, o sucesso no encontro de “nichos de oferta”, a determinação em acompanhar o estado da arte, mas também revela um sentimento de frustração no que atende à relação com a população em geral. De facto, é muito perturbador constatar que agricultores-empresários de sucesso nos mais diversos sectores de produção, elejam

3. As entrevistas foram realizadas na Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho, no dia 21 de Maio de 2025, tendo sido conduzidas e transcritas pelo editor. Os entrevistados apenas conheciam previamente as perguntas. As transcrições foram revistas pelos entrevistados e são publicadas pela ordem cronológica em que foram realizadas.

como maior dificuldade a incompreensão das populações que residem nas imediações dos campos de produção. Sobretudo porque durante um dia (aquando das fertilizações e/ou rotações das culturas, é imperativo ajudar à nutrição do solo com estrumes e chorumes), porque “cheira mal”! Quem sabe seja apaziguador saber que nos centros urbanos a concentração de “veneno CO2” no ar que se respira, ajuda a matar milhares de pessoas por ano. 12 a 24 horas de cheiro a estrume, uma ou duas vezes ao ano, numa zona onde os níveis de CO2 são desprezíveis, talvez signifique uma qualidade de vida superior. Não há beleza de paisagem agrícola que se vê da varanda sem que quem cuida dela tenha que adubar os solos. É importante que todos nós compreendamos isso mesmo com naturalidade e, já agora, deixemos à Polícia Municipal o cumprimento de missões de protecção social bem mais importantes.

No contexto do território urbanizado da Área Metropolitana do Porto, o factor diferenciador em qualidade que a Maia possui é, justamente, o facto de ainda ter solos de excelência para a produção agrícola de proximidade. É muito importante que TODOS os Maiatos tenham essa noção porque, sem margem para dúvidas, já é e vai ser ainda mais importante no futuro próximo.

Num terceiro momento da revista, vai publicado um texto de **Mário Nuno Neves** que sintetiza com brilhantismo aquilo de que talvez nem sempre nos lembremos quando nos abastecemos de alimentos: as quantas mais razões de satisfação de que poderemos usufruir ao saber o longo, nobre e importante caminho caminhado até nós.

No que atende ao estado actual da agricultura ao nível da(s) política(s) de governação, **Paulo Ramalho**, apresenta um texto esclarecedor sobre a forma como as Administração Central e Regional estão a encarar essa regeneração global da agricultura desenhada a nível da União Europeia, mas algo diversamente de outras gerações da Política Agrícola Comum, com uma maior compreensão e integração das especificidades nacionais e regionais dos Países-Membros. Será crucial que, desta vez, o plano se efective e medre, na medida em que já acumulámos suficiente frustração ao longo de anos com bons augúrios, mas, na verdade, sempre resultados muito distantes das expectativas.

E é crucial também que, desta vez, se perceba definitivamente que o Ordenamento do Território tem que integrar a salvaguarda do desenvolvimento agrícola, não basta legislar sobre Reserva Agrícola Nacional...

Fátima Baptista e Nuno Pedroso, respectivamente Directora e Director Executivo do MED⁴, apresentam-nos um interessante texto, em registo científico, que nos possibilita o conhecimento sobre a forma como “a” Universidade encara a complexidade da nuvem de desafios que hoje paira sobre toda a fileira da utilização produtiva do solo. O texto é muito esclarecedor e apenas destaco aqui a noção-chave nele bem explicada: a inelutável multidisciplinaridade. A atomização de conceitos, a dispersão de práticas ou a fragmentação de unidades-paisagem conduziram à realidade disfuncional que vivemos. É crucial construirmos uma doutrina integrada que oriente planeamento multisectorial para práticas territorializadas. Este Instituto está alinhado para uma parceria técnico-científica com a Câmara Municipal da Maia na implementação do LAF-Maia.

Rui Teles de Menezes traz-nos mais um dos seus registos históricos, desta feita uma nota biográfica sobre um dos mais proeminentes defensores da “Lavoura da Maia”, o Comendador Augusto Simões. O articulistas proporciona-nos um retrato multifacetado e muito curioso da personalidade deste autêntico dinamizador social precursor.

Que seja uma leitura inspiradora.

(*) Arquitecto.

Consultor do Município da Maia em Ordenamento do Território e Arquitectura.

Editor e responsável científico da Revista Terra Maia.

4. MED, Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento



Manjericos, produção de Joaquim Araújo, Pedrouços, Maia.

1. Identificação

Nome: Joaquim Araújo

Idade: 61 anos, Pedrouços

Naturalidade: Vila do Conde

Família de agricultores? Sim

Estudos: Licenciado em Solicitadoria; formações técnicas em agricultura

Local-sede da exploração: Pedrouços

Produção principal: Floricultura (Manjerico); Horticultura

Área da exploração: 3Ha

2. Quais os principais problemas dos agricultores da Maia hoje (por favor, eleja 3)?

Na minha opinião, nós estamos bem afinados na parte da produção. Onde há uma lacuna é na parte da comercialização dos produtos, essa cadeia não está ainda devidamente organizada e assim não os valoriza como deveria. Como sabe, a agricultura é trabalho de sol-a-sol. Dada a dimensão das parcelas, enveredei mais pela horticultura e floricultura, também porque estou mais próximo das zonas urbanas. Como disse, na produção temos conselhos técnicos, temos apoio. Mas na comercialização, por exemplo, se houvesse uma central de compras, poderíamos ter produtos muito mais baratos do que “cada um comprar por si”.

3. Na sua actividade normal dispõe de aconselhamento técnico especializado, quer ao nível da prática agrícola, quer na elaboração de projectos de inovação e crescimento, ou ainda nos processos de angariação de apoios financeiros?

Temos o apoio técnico da Cooperativa Agrícola da Maia e depois temos formações especiais. Já fiz formação de horticultura, floricultura, empresário agrícola... E temos reciclagens para podermos estar sempre a par dos produtos novos, das tecnologias novas. A Cooperativa Agrícola organiza e avisa sobre as formações e os associados inscrevem-se.

4. Comente o que pensa/sabe sobre “Agricultura Biológica / Sustentável / Regenerativa”.

Eu vejo isso com bons olhos. Já temos determinados produtos com menos substâncias, mais leves, que defendem as plantas de pragas, mildios, etc... E depois há técnicas que se podem praticar, nomeadamente com plantas aromáticas que são repelentes a várias pragas e isso vai ao encontro da produção biológica. E em grande escala, por exemplo nas horticolas já há formas de ter produtos sem qualquer ponta de fungicida ou insecticida, nomeadamente as alfaces. Embora não estejam rotulados como biológicos, na prática são biológicos. Portanto, acho que é útil e vale a pena evoluir nesse sentido.



Joaquim Araújo na sua exploração.



Manjericos, produção de Joaquim Araújo, Pedrouços, Maia.

5. Qual é a sua visão sobre o estado actual da relação entre produtor e consumidor e o que pensa que deveria ser alterado? E o Município, o que pode fazer nesse domínio?

Eu acho que há uma boa relação entre o produtor e o consumidor, primeiro ponto. E acho isso porque cada vez mais pessoas procuram a produção caseira, às vezes preferem pagar mais um bocadinho, mas gostam de comprar produto de confiança. Nós, com os hortícolas, fazemos dois mercados – Pedrouços e Senhora-da-Hora – e outros mercadinhos, e até vêm pessoas à porta, porque os clientes confiam muito em nós e nessa relação boa e directa entre produtor e consumidor.

Quanto à Câmara Municipal, acho que deveria promover uns mercadinhos de proximidade, incutir o hábito dessa relação do produtor com o consumidor, aí umas duas vezes por semana pelo menos, para os produtos terem frescura e qualidade. Deviam ser promovidos em todo o território do Concelho esses mercadinhos de proximidade, devidamente organizados, com qualidade, com higiene e criar esse maior laço entre produtor e consumidor. Seria uma iniciativa muito útil.

6. O que gostaria que um “Laboratório Agro-Florestal” Municipal fizesse para o ajudar?

Antes de mais, quero dizer que concordo com a criação do laboratório. É muito importante trazer o conhecimento à prática e evoluir em tecnologia em várias vertentes, desde os tratamentos, as práticas da produção e a comercialização – estes três pilares são os mais importantes para nós.

7. Pretende deixar alguma nota final, um alerta, uma reivindicação, um desejo?

Desejo que todas estas ideias e opiniões sejam postas em prática, que sejam filtradas o melhor possível e que tomem um rumo que seja o sucesso.

1. Identificação

Nome:Olinda Maria Ascensão Maia| JoséAntónio Maia Sousa Dias
Idade: 52 anos| 52 anos
Naturalidade: São Pedro Fins | Silva Escura
Família de agricultores? Sim | Sim
Estudos: 5.º ano | 9.º ano
Local-sede da exploração: Nogueira e Silva Escura
Produção principal: Pecuária – Leite, incluindo auto-produção de forragem.
Área da exploração: 40Ha | 8Ha próprios e 32Ha arrendados.



José Dias e Olinda Maia na sua exploração em Taim, Nogueira e Silva Escura, Maia.

2. Quais os principais problemas dos agricultores da Maia hoje (por favor, eleja 3)?

O maior problema que nós temos é a convivência com a sociedade. Trabalhar os terrenos que estão muito encostados às zonas de casas levanta muita incompreensão...

3. Na sua actividade normal dispõe de aconselhamento técnico especializado, quer ao nível da prática agrícola, quer na elaboração de projectos de inovação e crescimento, ou ainda nos processos de angariação de apoios financeiros?

Sim, temos da Cooperativa. Mas também temos apoio de nutricionista, bem-estar animal, qualidade do leite, certificações. O Gabinete da Cooperativa ajuda no aspecto financeiro, nas candidaturas, etc. Há é muita burocracia. De resto, ajuda existe. Aliás, acho que o nosso sector leiteiro é o que está mais organizado nesse aspecto. Tem regras mais apertadas... e cada vez mais.

4. Comente o que pensa/sabe sobre “Agricultura Biológica / Sustentável / Regenerativa”.

Eu acho que as pessoas em geral não sabem bem o que nós já fazemos para isso. Nós fazemos produção integrada. As pessoas têm uma imagem muito diferente da realidade que praticamos. E não têm muito a noção do que implica ter essas modalidades de produção. Por exemplo, há um “Plano de Campo” onde estão todos os valores de adubo por hectare, ou de chorume e nós temos que cumprir os valores que a União Europeia determina. Todas as nossas compras de adubos e de pesticidas são facturadas e controladas e temos que dizer onde as aplicámos e que quantidades. Por exemplo, a União Europeia nos últimos 10 anos valorizou muito a aplicação de estrumes e chorumes para mais sustentabilidade, mas a opinião pública não vê isso assim, queixa-se que cheira mal!

De uma maneira geral concordo com a evolução para a sustentabilidade. Antes havia mais produtores, mas produzia-se menos leite. O bem-estar animal, por exemplo, é muito importante. Os massajadores para os animais, ter lá os nutricionistas, a tecnologia, os robôs de ordenha e de aleitamento, são tudo evoluções muito importantes e que as pessoas em geral desconhecem.

O sustentável é tudo uma questão de equilíbrio, porque se fosse tudo para “produção extensiva” os custos finais seriam impossíveis. Imagine na Maia, uma “produção extensiva” ia andar com as vacas na rua? E o consumidor tem sempre opção e decide: se quer um modo mais sustentável, paga mais, se não, consome tradicional.



Cultura e colheita de milho para silagem na exploração de Taim.

5. Qual é a sua visão sobre o estado actual da relação entre produtor e consumidor e o que pensa que deveria ser alterado? E o Município, o que pode fazer nesse domínio?

Como já disse, o nosso sector está mais organizado. Os hortícolas, por exemplo, têm muito mais problemas do que nós. Nós vendemos directamente à Agros. Temos um contrato anual de fornecimento de toda a nossa produção. Há anos em que é justo, há anos em que não é – é o mercado. Neste momento não está mau, mas já houve muito maus. Nós vendemos o leite à Cooperativa Agrícola da Maia, a Cooperativa vende à Agros onde é entregue, transformado e comercializado pela Lactogal. Há algumas alternativas, há quem faça queijo, iogurte, gelados, por exemplo. E há privados também a comprar leite, várias empresas distribuidoras e marcas, há alguma concorrência. Mas estamos muito dependentes de Espanha; a situação do mercado em Espanha condiciona sempre a situação em Portugal.

No sector do leite, o Município não tem grande ajuda a dar. Noutros sectores talvez. Mas pode ajudar no aspecto da relação com as populações sobre a reacção que têm ao trabalho dos campos. As escolas são o primeiro passo.

6. O que gostaria que um “Laboratório Agro-Florestal” Municipal fizesse para o ajudar?

Acho que sim, pode ser importante. Toda a ajuda técnica é bem vinda.

Em termos tecnológicos na agricultura, nós hoje temos três ou quatro empresas mundiais: a Bayer, a Syngenta e há mais duas ou três antigas... E o que é que acontece? Essas empresas têm um poder de desenvolvimento tecnológico que nós aqui não temos. Essa tecnologia vai saindo, vai chegando a nós, chega ao terreno. Eu trabalho com a Bayer nas sementes, nos pesticidas, nos herbicidas, nos insecticidas, são eles que nos vão dando apoio. Quando saem produtos novos, faz-se a experiência no primeiro ano... esse trabalho já é feito por essas grandes empresas. Eu não sei até que ponto esse trabalho (do Laboratório Agro-Florestal) não venha a funcionar, eu não sei é até que ponto a capacidade que nós temos de desenvolver é

suficiente para depois passar ao terreno. O que eu acho que podia ser feito era: por exemplo, entrou um herbicida novo ou um insecticida novo, a universidade devia avaliar de forma independente a toxicidade na planta ou o efeito no terreno. Isso sim, é um trabalho que pode ser feito. Agora, desenvolvimento de novas tecnologias, tenho dúvidas. Por exemplo, nós há 20 anos utilizávamos herbicidas residuais que já saíram todos do mercado, agora utilizamos herbicidas de contacto, que actuam directamente na erva daninha e, segundo eles, não têm resíduo em termos de solo, mas pode ter alguma toxicidade na planta, não sei... Sei que está aprovado pela União Europeia e utilizamos mas... Por isso, (o Laboratório Agro-Florestal) pode ser útil nessa comprovação.

7. Pretende deixar alguma nota final, um alerta, uma reivindicação, um desejo?

Há um tema importante que é o dos caminhos rurais, que estão maus. E as linhas de água, que não têm manutenção e limpeza. E as pessoas também não têm civismo. Vão lá, limpam, passados dias já está outra vez cheio de entulho e lixo. Há sítios escondidos e as pessoas vão lá e despejam tudo, até móveis.

As linhas de água sofrem porque a Maia cresceu, impermeabilizaram-se solos e as linhas de água são as mesmas de há um século para levar três ou quatro vezes mais água. Quem é que sofre? O agricultor, que fica com os campos alagados e cheios de lixo arrastado. Na zona da Devesa, a quantidade de água que no inverno vem da urbanização alaga os campos todos, não se pode trabalhar.

Hoje temos dificuldades com a água. Não temos um plano de regadio e nas culturas de primavera e verão, no minifúndio em que estamos, cada qual luta por si para ter água. Há um século os antigos fizeram planos de regadio. Hoje não temos isso, só águas profundas, fazer furos, fazer poços.

Depois é a convivência. Houve demasiado avanço das construções sobre os campos. E isso prejudica a relação das pessoas que vivem nas habitações com quem trabalha o campo. E eu entendo as pessoas... mas nós até fazemos com o máximo cuidado – estrumamos e no dia seguinte já está coberto... é difícil.



Vacaria de Olinda Maia e José Dias (em cima). Olinda Maia com a vacada em Taim.

1. Identificação

Nome:António Lopes¹

Idade: 63 anos

Naturalidade: Gemunde, residente em Vila Nova da Telha

Família de agricultores? Sim

Estudos: 11.º ano (área de electricidade)

Local-sede da exploração: Vila Nova da Telha

Produção principal: Pecuária – Leite, incluindo auto-produção de forragem. Hortícolas, sobretudo batata.

Área da exploração: 30Ha arrendados.

1. António Lopes faz questão de registar que iniciou a actividade de agricultor há cerca de 40 anos muito em virtude do incentivo do Eng.º Gonçalves, técnico da Cooperativa Agrícola da Maia quem, em 1985 mobilizou os jovens para o empreendedorismo agrícola, dando a conhecer os apelidados “797’s” – Regulamento gerado pela então CEE. (<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/8d0c3365-8447-455b-9ecb-7d08622db2c6/language-pt>)

2. Quais os principais problemas dos agricultores da Maia hoje (por favor, eleja 3)?

Em primeiro lugar, as linhas de água. Em segundo lugar, os caminhos rurais. Em terceiro lugar, o emparcelamento; deveríamos encontrar formas de aumentar as parcelas porque temos aqui um minifúndio, parcelas muito pequenas. No meu caso, para fazer 32 hectares tenho quase 50 parcelas. E depois, é ainda a convivência entre o rústico e o urbano; nós temos graves problemas de aceitação das populações, nomeadamente com a aplicação dos estrumes e chorumes, trazermos lama para as ruas quando chove e todos esses conflitos.

3. Na sua actividade normal dispõe de aconselhamento técnico especializado, quer ao nível da prática agrícola, quer na elaboração de projectos de inovação e crescimento, ou ainda nos processos de angariação de apoios financeiros?

Sim, na Maia temos esse auxílio com os gabinetes específicos na Cooperativa Agrícola, que nos dão apoio em diversos sectores, desde as candidaturas ao ProDeR¹, protecção da Produção Integrada, temos o apoio à sanidade animal, o bem-estar animal, todo o aconselhamento técnico aos produtores feito por um técnico especialista no acompanhamento e, portanto, acho que sim, estamos bem servidos e não temos grandes reclamações a fazer.

1. Programa de Desenvolvimento Rural (<https://www.inforpreparacao.pt/consultoria/planos-para-a-igualdade/proder-programa-de-desenvolvimento-rural/>)



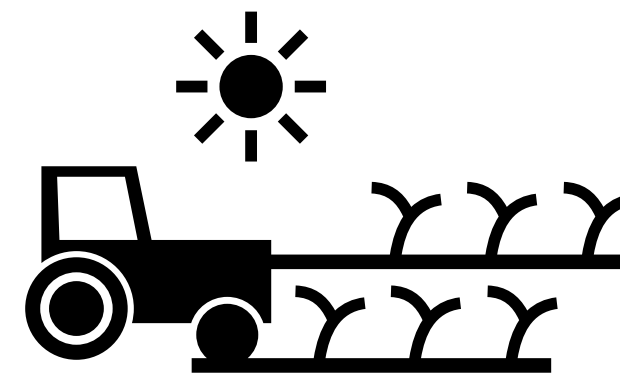
António Lopes na sua exploração em Vila Nova da Telha, Maia.

4. Comente o que pensa/sabe sobre “Agricultura Biológica / Sustentável / Regenerativa”.

Eu acho que os agricultores estão informados e sabem bem o que é. Mas nós, por exemplo, na agricultura biológica, somos um nicho muito pequeno porque não é rentável – nós sabemos como se faz, mas produzir biologicamente não é fácil. Quando nós pomos os dois modos em cima da balança, o biológico e o normal, os custos de produção e a rentabilidade desequilibram muito. Sustentabilidade sim; é claro que nós produzindo no regime de Produção Integrada estamos a tratar da sustentabilidade e aí os agricultores já têm apoio e formação para o fazer e fazem sem problemas.



Apanha e carregamento da batata na exploração de António Lopes.



5. Qual é a sua visão sobre o estado actual da relação entre produtor e consumidor e o que pensa que deveria ser alterado? E o Município, o que pode fazer nesse domínio?

Tenho duas visões: no sector do leite estamos organizados, as coisas funcionam razoavelmente bem. Na produção de hortícolas não está tão organizado e acho que podemos fazer melhorias, acho que a Câmara deve-se empenhar e fazer um trabalho específico porque nós, quanto menos intermediários tivermos, mais rentabilidade fica. Porque não se justifica que nós estejamos a vender a um comerciante “a 20” e as coisas chegam às prateleiras “a 50”. Há que criar aquilo que nós chamamos “os mercadinhos das cadeias curtas”. Nós, na Cooperativa, temos esse mercadinho e vemos que as pessoas estão contentes com isso, mas é preciso fazer trabalho, fazer divulgação e fazer mais mercados. Quanto menos intermediários houver no sistema melhor para nós e para o consumidor também.

E depois há outro aspecto a que nós precisamos de chegar – nós precisamos de chegar às escolas, às cantinas e levar o nosso produto local, da Maia, directamente. Seria mais uma forma de encurtar o circuito e garantir o escoamento do produto. Além de os miúdos perceberem isso, porque eles têm que saber que os ovos não vêm do supermercado, mas vêm das galinhas. Eu recebo algumas visitas de jovens, escuteiros por exemplo, que ficam admirados quando vêm um coelho ou um ovo que está ali na galinha. Já não sabem. E as escolas têm que chegar aí. E a alimentação... dar-lhes ao menos uma vez ou duas carne que vem dos produtores próximos. Acho que a Câmara pode ajudar nesse aspecto.

6. O que gostaria que um “Laboratório Agro-Florestal” Municipal fizesse para o ajudar?

Sei o que é o Laboratório e tenho uma opinião de que é de saudar. Esse Laboratório é importante vir para o terreno para nos trazer mais informação. É preciso que nós possamos contrapor a informação que nós temos com o que esse Laboratório confirmar ou não. E se nos der conhecimento diferente nós podemos ter mais opções e saber justificar o porquê. Portanto, eu estou plenamente de acordo que o Laboratório deve arrancar o mais rapidamente possível para que nos possa trazer esse conhecimento. E é bom trazer a Universidade, porque muitos estudos científicos são certificados com trabalho de campo. Muitas coisas que são estudadas nos laboratórios têm que mostrar que são viáveis na prática. Portanto, venha o Laboratório o mais rapidamente possível.

7. Pretende deixar alguma nota final, um alerta, uma reivindicação, um desejo?

É um desejo... eu vou terminar da mesma forma como comecei – termos a oportunidade de trabalhar os caminhos rurais, trabalharmos a questão do emparcelamento, a relação do rústico com o urbano é fundamental e, porque não, para terminar, fazer planos de rega. Acho que temos que aproveitar melhor as linhas de água que temos. Recuperá-las, limpá-las, mantê-las, mas ao mesmo tempo fazer umas reservas, não as deixar passar todas para o mar. Eu costumo dizer que gosto muito de ir à praia, mas é com água salgada... a água doce deve ter toda aproveitada e ficar em lagoas ou em charcas ou em bacias de retenção. Acho que se pode trabalhar nesse plano.



Apanha de mirtilo na exploração de Paulo Aroso em Barca, Gemunde, Maia.



1. Identificação

Nome: Paulo Aroso

Idade: 40 anos

Naturalidade: Gemunde

Família de agricultores? Sim (3.^a geração)

Estudos: Formação em Enfermagem, sendo que nunca exerceu

Local-sede da exploração: Barca, Gemunde

Produção principal: Kiwi e desde 2012, Mirtilo.

Área da exploração: 8,5Ha de kiwi | 2,5Ha de mirtilo

2. Quais os principais problemas dos agricultores da Maia hoje (por favor, eleja 3)?

Eu trabalho muito com o mercado estrangeiro, faço muita exportação e, portanto, a nível de comercialização não tenho muito a noção da realidade da Maia. No entanto parece-me que há um grande distanciamento entre o município maiato e o produtor e nós. Se andamos a executar alguma rotina na cultura somos vistos como se fossemos algum inimigo; quando fazemos alguma pulverização natural, por exemplo, podem achar que estamos a utilizar químicos ou assim. Hoje em dia a realidade já não é essa, mas sinto que a população nos vê como alguém que está a fazer mal, a fazer um produto mal feito. Nesse sentido, parece-me que poderia ser feita alguma formação, tal como nas escolas – hoje ouve-se falar muito da literacia digital, da literacia financeira, mas deveria ouvir-se falar também da literacia agrícola sobretudo junto dessas gerações mais novas – como se diz na gíria “é de pequenino que se torce o pepino”. Os próprios agricultores, no local, explicando aos miúdos como nascem os produtos, como é que eles vão ter à prateleira. Isso não acontece muito e seria um grande passo a dar. Também com os adultos, claro, mas é muito mais fácil nas escolas juntar 30 miúdos do que juntar 30 adultos... Hoje a recolha de lixo na Maia funciona lindamente porque se fez essa formação com os miúdos, foi um sucesso. Tal como nos transportes públicos; hoje a rede está evoluída de

uma forma nunca vista, falo pela minha freguesia, onde vejo autocarros onde antes não havia.

Há também uma outra grande dificuldade aqui no Concelho da Maia, que é a angariação de mão de obra. Os meus avós e os meus pais nunca tiveram dificuldade em angariar mão de obra para as vindimas, para outras colheitas – esta-



Paulo Aroso

mos a falar de mão de obra sazonal não aquela que temos agora, que é contratada a tempo inteiro – mas lembro-me que aos meus avós e aos meus pais bastava baterem a algumas portas e arranjavam pessoal para fazer as vindimas, para apanhar a batata. Hoje também não é possível fazer isso porta a porta, porque há contratos de trabalho e temos que os cumprir. Eu normalmente contrato mão de obra estrangeira porque no Concelho não a temos, também há um problema com a habitação no Concelho, não existem casas e, por isso, neste momento eu tenho contrato com uma empresa de Caldas da Rainha que angaria para explorações em Matosinhos, Gaia, Porto – vem quase até à minha exploração – ficam a cerca de 1 km – e eu tenho transporte próprio para eles. Numa fase inicial, aí em 2015, 2016,

quando comecei a produzir mais, tive alguns problemas porque não havia mão de obra cá, eu tinha que trazer os trabalhadores do Centro e do Sul e tinha que os alojar. E o grande problema foi deixar de ter alojamento para eles, porque não há, um proprietário não me aluga uma casa por 2 meses – eu trabalho entre um mês e meio a dois

meses com 25 a 30 pessoas – além de, queiramos ou não, ainda há aquele problema pelo facto de ser mão de obra asiática e não nos abrem as portas para eles. De forma que arranji essa solução, já há uma meia dúzia de anos... essa empresa angaria explorações pela região Norte e, conforme as colheitas sazonais – maçã, pêra,etc – depois das colheitas no Sul, trazem os trabalhadores para cá e fazem as quintas do Douro etc. No fundo, é uma força de trabalho itinerante em que a empresa angariadora trata de tudo, contratos, transporte, alojamento... No Concelho da Maia conheço pelo menos quatro explorações que trabalham assim. A maioria são asiáticos, poucos africanos. A maioria é do Bangladesh, Índia, Nepal. São pessoas que se adaptam bem, têm um método de trabalho muito bom – é como entre nós, há de tudo – mas a nível de trabalho de campo são bastante bons e aplicados. De cá, de vez em quando consigo contratar 3 ou 4 pessoas, mas sinto que há aquela vergonha de trabalhar no campo. É visto como um trabalho de baixo nível. Daí eu ter referido a tal literacia agrícola, informar para as pessoas saberem o que é a agricultura realmente.

A comunicação é em inglês, normalmente cada grupo traz uma pessoa que faz a comunicação entre entidade patronal e trabalhador e a obrigatoriedade, no mínimo, é inglês. Entendemo-nos e tentamos sempre fazer o melhor por eles – não queremos só mão de obra de força, mas também que estejam bem. Um trabalhador motivado trabalha melhor.

3. Na sua actividade normal dispõe de aconselhamento técnico especializado, quer ao nível da prática agrícola, quer na elaboração de projectos de inovação e crescimento, ou ainda nos processos de angariação de apoios financeiros?

A cultura do mirtilo, a do kiwi, todas elas no fundo, necessitam sempre de aconselhamento técnico. Nós não sabemos tudo, sabemos pela prática, mas a parte teórica sempre em evolução procuramos sempre. Também é uma dificuldade encontrar no Concelho bons técnicos daquela cultura específica... não estamos a falar na generalidade, pois há muitos engenheiros agrícolas... mas a cultura do mirtilo funciona de uma forma, a do kiwi de outra, a vinha de outra e, portanto, estamos a falar de técnicos direccionados só para culturas específicas. No segundo ano da implementação do pomar de mirtilo consegui um técnico que já estava no mercado há alguns anos, estava mais

especializado, não era do Concelho. Hoje já se encontra mais gente e temos que ser assessorados por bons técnicos. Como é uma cultura nova – neste momento somos uns 4 ou 5 produtores de mirtilo – a Cooperativa não terá ali um técnico só para nós porque não compensa e nós compreendemos isso.

Apoios financeiros e elaboração de projectos que são mais específicos, também procurei fora do Concelho. Fomos à procura, fomos a outras explorações, conhecer e ver as coisas boas e menos boas, vários produtores. Através deles fomos conhecendo outras pessoas, como eram feitos os projectos e, assim, tentamos sempre trabalhar com os melhores, para tentar não falhar muito. Como essas culturas eram todas fora do Concelho – julgo que terei sido o segundo a implementar cultura de mirtilo na Maia – foi fora do Concelho que fomos buscar esse apoio técnico.

4. Comente o que pensa/sabe sobre “Agricultura Biológica / Sustentável / Regenerativa”.

Eu acho que isto é bastante simples de perceber. Agricultura Biológica, Sustentável, Regenerativa, acho que estão todas interligadas. Portanto, falando de Regenerativa é quando usamos compostagem ou, basicamente, quando melhoramos o solo e isso está assente na Agricultura Biológica. Se me pergunta se a nível empresarial isso funciona assim tão bem como se pensa, eu lamentavelmente, vou responder que não. A nível empresarial eu não acredito assim tanto nessa Agricultura Biológica porque a partir do momento que (...pronto, isto eu não diria a um cidadão, mas...risos) a partir do momento em que há uma emergência, pode-se usar um produto agro-químico. Se se puder usar um produto agro-químico deixa de ser Agricultura Biológica, no entanto o certificado mantém-se com uma autorização especial. A realidade é esta. Há uns anos houve uma polémica com a Inês Sousa Real, do PAN, porque ela tinha umas estufas de produção com o marido e fez uma aplicação de um produto agro-químico com uma autorização especial. Isso é possível. Por exemplo eu dou o caso da minha cultura, há uma praga que se chama “Drosófila” que vai picar o fruto, ele fica direitinho e só quando vai para o frio é que ele se manifesta. Portanto, aquele lote fica estragado. Em resumo, poderíamos dar outro nome a esta Agricultura que não Biológica. Biológica é a tal 100% da terra, ponto. Tem o ciclo, como os nossos bisavós faziam na altura em que não havia agro-químicos, tiravam o estrume

da cama dos animais, espalhavam no campo, as pragas vinham e os alimentos eram comidos com pragas ou sem pragas, era como calhava. Hoje isso não é assim, se estiver um alimento picado numa prateleira, não é comprado. Na minha opinião não se devia chamar Agricultura Biológica àquela “Agricultura empresarial que se diz Biológica”.

Sei que a Agricultura Biológica é fundamental para o ciclo do nosso Planeta, mas tem que ser mesmo feita biologicamente. E sendo feita biologicamente, se o cliente final estiver disposto a pagar duas vezes mais pelo produto, sem problema algum. Agora quando o produto final vale 10% a mais... já não conseguimos.

5. Qual é a sua visão sobre o estado actual da relação entre produtor e consumidor e o que pensa que deveria ser alterado? E o Município, o que pode fazer nesse domínio?

Eu exporto tudo e, portanto, a minha relação com o produtor é muito reduzida. Eu participo na Mostra Agrícola aqui da Maia, não faço feira (tenho produto durante 1 mês e meio...), portanto não tenho lugar de feira, não me compensa. Participo na Mostra Agrícola, que é uma iniciativa que a nossa Câmara faz e muito bem, pois é uma boa forma de dar a conhecer a nossa agricultura, embora não espelhe bem a realidade de campo, é mais o produto final, mas proporciona o contacto directo com os agricultores. Nós ali não chegamos a toda a gente, é óbvio, mas é uma grande iniciativa.

Os mercadinhos regulares para frescos e até mesmo sazonais seria outra grande iniciativa. E, mais uma vez, ajudaria à tal literacia agrícola. Outra questão em que a Câmara poderia ajudar é nos conflitos entre a população e os agricultores. Nós tivemos vacas muitos anos e quando fazíamos a troca de culturas e espalhávamos os chorumes e os estrumes nos campos, as pessoas não conhecem as regras e criticam muito e chamam a Polícia Municipal... seria importante fazer chegar boa informação à população.



Mirtilos na exploração de Paulo Aroso.

Um agricultor não consegue chegar a toda a gente, mas uma Câmara sim. Ou ter algum gabinete ou alguém responsável que pudesse dar directamente essa informação às pessoas para perceberem se algo de anormal se passa ou não. As nossas culturas precisam de chorumes que enriquecem o solo e melhoram os alimentos.

6. O que gostaria que um “Laboratório Agro-Florestal” Municipal fizesse para o ajudar?

Sim, eu concordo plenamente com a ideia, agora acrescentando a isso, acho que também deveria haver alguma base de investigação para nos ajudar porque isto está sempre em evolução, como é óbvio. Alguma base de controlo de ordenamento territorial também, alguma base para chegar à população, aos proprietários e ao simples... ao profissional e ao amador, vamos distinguir assim... No cuidado das pragas, como o caso que vemos agora das bouças – toda a gente deveria dar o exemplo inclusive quem está a implementar isto... O caso das giestas, das austrálias, das espécies invasoras e um local destes seria o ideal para dinamizar estas situações, não só a universidade e a Câmara mas também localmente, com as pessoas. Será muito vantajoso termos a universidade à nossa beira e

vai de encontro àquilo que disse de reduzir a distância da população a nós, mas para isso é preciso que o espaço seja também para a população, para a população perceber a nossa actividade. As escolas visitarem – sei que o projecto tem um parque a rodeá-lo – seria uma grande vantagem para o Município, sem dúvida.

7. Pretende deixar alguma nota final, um alerta, uma reivindicação, um desejo?

Não, além do que já disse. Só queria agradecer esta oportunidade e desejar que a Câmara possa levar o projecto até ao fim. Por vezes há a sensibilidade política, mas é preciso depois concretizar.



Floração da planta da batata na exploração de Jorge Bessa em Nogueira e Silva Escura, Maia.

1. Identificação

Nome: Jorge Pereira de Sousa Bessa

Idade: 42 anos

Naturalidade: Rio Tinto, Gondomar (na Maia desde os 11 anos)

Família de agricultores? Sim (3.^a geração de Caseiros – migrantes vindos de Baião e Amarante)

Estudos: 12.º ano – Curso Profissional de Produção Vegetal

Local-sede da exploração: Nogueira e Silva Escura

Produção principal: Horticultura – batata, penca, feijão verde, tomate coração

Área da exploração: 15Ha arrendados.

2. Quais os principais problemas dos agricultores da Maia hoje (por favor, eleja 3)?

Nós estamos numa zona de litoral, com muita habitação e na convivência entre a zona urbana e a agricultura há muito conflito... isso é normal. As terras mais férteis, como estão mais perto de linhas de água e de vias de circulação e tudo o mais, mais facilmente são apetecíveis pelo urbanismo. Portanto, estamos integrados numa cidade, o que provoca uma concorrência grande. Há um problema mais a nível da comunicação, porque existe um grande afastamento entre as pessoas e a agricultura, acho que é cultural – temos que fazer por mudar. Houve um desapego de uns 40 anos porque toda a gente vinha do interior para o litoral (porque os filhos viam os pais a viver mal) e criou-se uma memória colectiva de que a agricultura é feita por pessoas menos formadas, quando a realidade é muito diferente. Na realidade, hoje em dia, não há quase nenhum agricultor que não tenha formação superior ou, no mínimo dos mínimos, como é o meu caso, não seja técnico. Pessoas na agricultura hoje, com pouca formação, já quase não existem e deve ter visto pelos testemunhos dos meus colegas que todos têm formação e fazem tudo para trabalharem o mais informados possível. Socialmente há essa clivagem entre o nosso espaço, que é muito apetecível para construção, e a zona urbana – porque suja as estradas, cria maus cheiros, há isto e há aquilo... A zona urbana está muito em cima dos bons terrenos, não fomos tão metódicos como os Países Baixos e outros do centro da Europa...



Jorge Bessa na sua exploração.

3. Na sua actividade normal dispõe de aconselhamento técnico especializado, quer ao nível da prática agrícola, quer na elaboração de projectos de inovação e crescimento, ou ainda nos processos de angariação de apoios financeiros?

Nessa parte temos sempre ajuda da Cooperativa em todos os aspectos, tanto a nível dos funcionários como da direcção, estão sempre prontos se houver qualquer problema. E se não conseguirem, aconselham, o que também já é muito bom. A esse nível há um canal próximo de apoio.

4. Comente o que pensa/sabe sobre “Agricultura Biológica / Sustentável / Regenerativa”.

Não há nenhum agricultor que não se preocupe com a sustentabilidade e com a protecção do meio ambiente. Não há nenhum. O conceito de Agricultura Biológica, no meu entender, é um fiasco – precisávamos de outro Planeta.

Este não chega. Agora, repito, não há nenhum agricultor que não se preocupe com o ambiente – nós dependemos do ambiente! Cada acção que nós tomamos e que agrida o ambiente, vamos ter repercussão ou no imediato ou a longo prazo. Nas décadas de 70-80 (posso estar enganado...) mas, nessa altura houve o “E 605 Forte” que matava tudo, mas nós hoje estamos a pagar as consequências dessa utilização, porque haviam predadores naturais. O ecossistema funcionava e ficou desequilibrado. Só precisávamos de matar uma coisa que estava em excesso e matou-se tudo e criámos um desequilíbrio. À data de hoje ainda estamos a pagar. Porque nós andamos a tentar apagar um desequilíbrio com outro e criamos outro... porque agora existem muito mais estudos e mais aconselhamento – quanto mais soubermos, melhor fazemos; quanto mais informação, muito melhor fazemos – já existe a opção de, se for em estufas, em vez de utilizar agro-químicos, utilizar culturas auxiliares. Até há casos, só pontualmente, em que se tem que usar químicos para controlar os predadores que são demasiados... O que nós tentamos sempre é conseguir ter um equilíbrio, desde o solo. E agora já existem muitos estudos bons sobre a microbiologia do solo e nós utilizamos essa informação. Existem os nutrientes no solo e nós temos a tendência, que vem dos nossos anteriores, de usar adubos, adubos e mais adubos. Mas nós temos é que aproveitar bem o solo, trabalhar com o solo, o solo é vivo! Não é dizer assim: a terra é morta. Não, está cheia de vida e micro-sistemas, nós temos que aproveitá-los, se calhar intensificá-los, com análises, de maneira que trabalhemos juntos (nós e o solo), por forma a que, com menos dinheiro conseguirmos tirar um melhor aproveitamento... porque hoje em dia, tudo é dinheiro.

Portanto, a Agricultura Biológica é assim: quanto menos nós introduzirmos, menos dinheiro gastamos e mais aproveitamento vamos ter. Sustentabilidade e regenerativa sim e nós fazemos sempre. Nós trabalhamos com a Natureza. Nós aprendemos, estudamos e estamos sempre à procura de metodologias, técnicas sobre a maneira de aproveitar sem agredir.

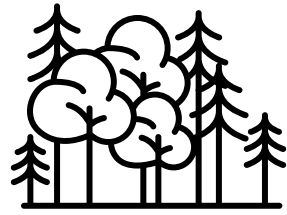
A ideia base da Biológica é como se não fizéssemos adição de nada, nem estrumes, é só recolher, é como se nós estivéssemos na pré-história há 10 mil anos atrás: colectores, mais nada. Mas e quantas pragas existem hoje? Os meus Pais, que já estão nisto há mais de 40 anos, hoje já não sabiam trabalhar. Porque existem muitas outras doen-

ças, muitas coisas devido a erros que, na altura, não se sabia que eram erros, mas que tiveram consequências. Por falta de conhecimento, não é que estivessem a fazer mal, mas na altura não sabiam o que sabemos hoje.

5. Qual é a sua visão sobre o estado actual da relação entre produtor e consumidor e o que pensa que deveria ser alterado? E o Município, o que pode fazer nesse domínio?

A nível do que eu faço da batata para a indústria, eu entrego a um revendedor à porta da minha exploração e ele despacha para restaurantes, para outros distribuidores e tudo o mais. Só tenho que produzir e renegociar o preço, porque nós trabalhamos na ordem dos centimos... A nível dos meus produtos que faço para mercado local, em cadeia curta porque são perecíveis, há algumas nuances que são complicadas. Complicadas num aspecto: a alimentação, actualmente, não é um bem primário porque a comida está sempre disponível. No tempos dos nossos pais havia a necessidade de comprar os alimentos, guardá-los em casa para se fazer a comida. Hoje não, basta um “Uber”, não falta nada nos supermercados. É assim, você tem uvas todo o ano e não existem uvas todo o ano. Tem cerejas durante todo o ano, portanto existe tudo todo o ano. Por exemplo, com o “feijão rajado”, antes, quando era a época era: “deixa-me comprar porque já não como há muito tempo, deixa-me fazer uma comidinha diferente”. Agora, não. Não existe essa busca. As pessoas desde que tenham a comida feita, não se preocupam donde vem nem como. Venha de Portugal ou venha da China. Mas se virem qualquer coisa relacionada com poluição reagem mal, mas não vêm que alimentos que vêm da China poluem muito. Por acaso sabem quanto estão a ajudar a poluir o ambiente? Se comprarem 1Kg de batatas que fizeram 50Km ou 100Km, o que é que tem essa pegada ecológica a ver com viagens enormes? Há abundância, graças a Deus, há abundância, não é? Mas como há abundância, não falta nada, as pessoas não se dão ao trabalho de fazer uma comida. Não falo das gerações dos 40, 50, 60 anos, mas das gerações que estão a entrar, não há necessidade, chamam um “Uber”. E são hábitos que se instalam. Antigamente nós íamos a um restaurante em ocasiões especiais, hoje em dia é vulgar. A sociedade está a mudar muito e rapidamente.

E há outro aspecto a nível de mercados locais. É muito mais cómodo ir a um supermercado, estacionar o carro lá



dentro, pegar num carrinho e fazer as compras, do que se parar num parque mais longe e ir com a sua saquinha fazer as compras ao mercado local. Embora seja um mercado local, está fora do tempo, porque não é prático. Mesmo que se diga: “são produtos frescos”; as pessoas, hoje em dia e desculpe-me o termo, estão-se a borrifar. Claro que há sempre pessoas que gostam de ir ao mercado local, mas acabam por ser já nichos. Noto que o escoamento dos meus produtos frescos já não é o mesmo. As pessoas já não procuram tanto. Enquanto antes havia procura, facilmente escoava a produção, hoje... lá está... há abundância... as pessoas já não procuram.

6. O que gostaria que um “Laboratório Agro-Florestal” Municipal fizesse para o ajudar?

Eu acho que isso é uma grande mais valia, porque as universidades têm a inovação e nós precisamos de inovação. Mas trazê-los para a terra a tentar-nos ajudar a melhorar, a integrar as coisas, isso sim, é o que nós precisamos. Quanto mais inovação tivermos, mais conseguimos produzir e melhorar sem agredir. Por isso, quanto mais conhecimento relacionado com a prática tivermos, melhor. Nas universidades existem muitas teorias, mas se eles nos trouxerem para aqui essas teorias...as sondas, a nível da água, por exemplo, não há necessidade de dar tanta água, regular melhor a água... Tudo isso, metodologias que existem, por exemplo: “se calhar sem gastares muito, se calhar consegues ter um melhor aproveitamento”. Eu estou sempre à procura de novas soluções e de novas variedades. Há as “Bayer” e isto e aquilo, mas eles querem é vender, mas eu estou sempre à busca de coisas novas que se adequem ao nosso microclima, porque a Maia não é igual a Vila do Conde. Temos que aproveitar o melhor do nosso microclima e há variedades que se adequam melhor. Eles até podem dizer que aquela (variedade) é a melhor, mas para mim e para o meu campo e o meu microclima se calhar o melhor não funciona. Se calhar, para mim o mais fraco funciona melhor (risos). E é isso, se o Laboratório der para avaliar bem o solo e dar ideias, eu estou sempre aberto a novas ideias. Sei que o que sei hoje, se calhar amanhã já não funciona... eu comecei com 18 anos, já estou há 20 anos ligado aos meus pais na evolução profissional e há coisas que num ano funcionam e noutro não, por exemplo. Os anos não são iguais, o clima não é igual e nós temos que estar sempre a adaptar-nos e a inovar, a alterar. Isto é uma cadeia viva!

Por isso, se a universidade vier e nós dermos o que sabemos e eles conseguirem ajudar a evoluir e a divulgar a outros de maneira a que todos possamos evoluir... o conhecimento é evolução e a evolução é melhor para todos! É essa a minha opinião.

7. Pretende deixar alguma nota final, um alerta, uma reivindicação, um desejo?

Eu acho que devíamos começar por coisas pequenas. Por coisas pequenas como educar desde pequeno, trazer as crianças – eu sei que hoje em dia as crianças saírem da escola, irem aos campos verem as coisas, é muito complicado, porque existe trânsito, é preciso chamar a polícia, papéis para todo o lado, isto e aquilo... – mas trazê-los para eles conhecerem as coisas hoje. Porque o que lá é ensinado é tradição. Tradições têm 40 anos ou mais, não é a agricultura de hoje em dia. Os meus pais começaram com os bois, eu tenho tratores, o meu filho vai andar com robôs (risos)! Ainda no ano passado fui levar milho às escolas para mostrar as desfolhas e tudo mais, mas estão a ensinar as tradições, o debulhar à mão... eu sei que é a tradição e é importante eles conhecerem as nossas raízes, mas também é muito importante ensinar a evolução – onde é que estamos, onde é que podemos ir – e ajudarmos todos a nossa terra. Ajudarmos a produzir na nossa terra para não sermos dependentes de outros. Nós somos um país super-dependente. Portugal primeiro, Europa também e tudo o mais, mas se houver algum problema – e nós estamos a passar um tempo de guerra – e se eles se lembram de bloquear alguma coisa, desculpe o termo, nós estamos “lixados”! Não somos autónomos, temos que ter mais autonomia.

E depois há a burocracia que é imensa. Se calhar, é por isso que eu digo, começarmos com coisas pequenas, sementes pequeninhas e depois evoluirmos.

Como eu disse antes, nós viemos do interior pobre. As pessoas dizem assim: “eu não quero aquilo”. É uma memória da pobreza e a ideia de agricultura é essa. É preciso mudar essa mentalidade. E fazer uma boa memória colectiva de que a agricultura não é “as pessoas da enxada”... Eu tenho enxadas, mas é quase como peças de museu...

Obrigado pela oportunidade.

A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA NA FORMATAÇÃO CULTURAL DA HUMANIDADE

Mário Nuno Neves (*)

Desde os primórdios da história humana, no período da chamada Revolução Neolítica, na era geológica do Holoceno, a agricultura emergiu como uma das atividades mais transformadoras e importantes no percurso civilizacional da Humanidade. O seu surgimento provocou uma verdadeira alteração antropológica, que levou o Homem a passar da caça e da recolha, sempre de natureza fortuita, para a produção programada e consciente de alimentos, o que levou à fixação territorial e ao aumento populacional.

É a agricultura a verdadeira base da economia, ao produzir excedentes que deram origem ao comércio, à consolidação da escrita e à formatação das primeiras administrações.

Para além da sua insubstituível importância para a subsistência, a agricultura constituiu-se como um condicionador cultural fundamental, condicionando modos de vida, produzindo sistemas de pensamento, moldando estruturas sociais e estabelecendo diferentes formas de relacionamento entre o ser humano e o meio ambiente. A título de mero exemplo, basta constatar que as civilizações antigas do Egipto, Mesopotâmia, China, Índia e América do Sul, escoraram-se material e simbolicamente na agricultura, criando calendários agrícolas, adotando rituais religiosos e sistemas de poder profundamente enraizados no ciclo das sementeiras e das colheitas. Na verdade e ao longo do percurso da História Universal, foi o amanho e cultivo da terra que possibilitou o primo-sedentarismo, a formação paulatina e consolidação das urbes, a formatação de hierarquias sociais, a institucionalização religiosa, o nascimento de mitologias e tradições que, ainda hoje, com maior ou menor intensidade influenciam a sociedade contemporânea.

Na dimensão espiritual e mental, a agricultura teve um papel central na construção de identidades culturais. Nas sociedades mais precoces, o labor da terra – a lavoura (que teve origem no “laborare” latino, que significava trabalhar) – ganhou atributos espirituais e míticos, instituindo práticas ritualizadas que celebravam a fertilidade da terra e a continuidade da vida. Mitos de renascimento vegetal, as festividades sazonais e as representações divinas ligadas à agricultura são provas inequívocas da transcendência da agricultura e da sua extraordinária importância na consolidação da cosmovisão humana.

No universo dos mitos, destaca-se o de Deméter, a deusa clássica grega da agricultura e fertilidade, filha de Cronos e da irmã de Zeus, Reia, adorada como a entidade que enquadrava a atividade agrícola e garantia a fertilidade dos solos, representada, muitas vezes por espigas (asso-

ciadas à abundância), sendo a causadora da alteração dos ciclos agrícolas, percebidos metaforicamente como verdadeiras viagens espirituais que possibilitavam às pessoas uma melhor compreensão e aceitação da transitividade da própria vida.

Na contemporaneidade, num contexto de uma crescente urbanização e da revolução tecnológica nos setores primário, secundário e terciário, a agricultura consegue manter uma importância cultural inquestionável, que vai muito para além da economia e da garantia da segurança alimentar, na medida em que se assume como um fundo vivo e disponível de saberes ancestrais, de práticas artesanais, de expressões linguísticas, e até de modos de vida que resistem à homogeneização ensaiada pela globalização.

A agricultura familiar, os sistemas agroecológicos locais e os movimentos, cada vez mais atuantes, de resistência ao agronegócio são práticas e comportamentos que fazem desta atividade humana um ato político, ético e identitário, sobretudo num complexo contexto caracterizado pelas mudanças climáticas, pela crise ecológica e pela perda acelerada de biodiversidade.

Neste cenário em que vivemos é, sobretudo, na agricultura, que podemos encontrar as premissas necessárias para a inevitável – se queremos sobreviver enquanto espécie – redefinição dos paradigmas de desenvolvimento, através do retorno inteligente a práticas sustentáveis, à valorização política e pedagógica dos “saberes” ancestrais associados à prática da lavoura, à valorização dos circuitos curtos e naturais de produção e consumo e de um religar aprofundado do Homem à Natureza.

Se no passado a agricultura edificou civilizações, hoje o seu papel é ético e de legado disponível para a construção de um novo modelo de convivência possível com o planeta. A sua importância cultural, manifesta-se através de um diálogo permanente e obrigatório entre tradição e modernidade, entre o local e o global, entre o conhecimento ancestral e as exigências do futuro.

Legado esse, que nos faz compreender que, por detrás de cada semente metida na terra, tem que haver uma nova história humana a germinar, uma história de sobrevivência, de libertação e de reencontro, inexoravelmente ligada à terra e à forma como a cultivaremos.

(*) Doutor em Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais
Autarca
Docente Universitário



1907 Agosto - Moreira, escolha da serradela na eira.jpg



1907 Agosto - Malhada de aveia nos carros



1905 - feira de São Tiago

AS NOVAS AGRICULTURA E SILVICULTURA SOB A ESTRATÉGIA EUROPEIA-DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Paulo Ramalho (*)

A União Europeia, de que Portugal é membro desde 1986, sempre olhou para a agricultura como uma atividade especialmente importante para a construção do seu projeto de uma Europa mais unida e mais coesa. De tal forma, que a única política verdadeiramente comum da União Europeia, aplicável a todos os seus Estados-membros, é precisamente a política agrícola, que criada em 1962, consome, atualmente, mais de 30% do seu orçamento global.

Ao longo destes 60 anos, a “Política Agrícola Comum” foi sofrendo mudanças, em função dos desafios com que se foi confrontando, mantendo-se até aos dias de hoje, essencialmente, concentrada na prossecução de três objetivos principais: proporcionar aos cidadãos da União Europeia alimentos de qualidade a preços acessíveis, garantir um nível de rendimento equitativo aos agricultores e promover o desenvolvimento dos territórios rurais.

Acresce que, o agricultor nunca foi visto pela União Europeia como um simples agente económico, como um mero produtor de bens alimentares, mas também como alguém que cuida da paisagem rural, que promove a sustentabilidade ambiental, que desempenha um papel fundamental na preservação dos ecossistemas naturais e na defesa da biodiversidade, ou seja, como um ator que presta serviços à comunidade em geral e ao território.

O que tudo fundamenta e justifica, em bom rigor, os fundos disponibilizados pela Política Agrícola Comum, e de que são principais beneficiários os agricultores.

Daí que foi sem surpresa que assistimos, em 2019, à integração do agricultor como ator principal na implementação da resposta da União Europeia contra as alterações climáticas, através do denominado “Pacto Ecológico Europeu”¹ e que sumariamente, pretende promover a transição para uma economia mais amiga do ambiente, colocando o conjunto dos seus Estados-membros a percorrer um caminho no sentido da neutralidade climática e do restabelecimento de um equilíbrio saudável a nível da natureza e dos seus ecossistemas, transformando o modo como produzimos e consumimos.

Aliás, no âmbito do “Green Deal”, a União Europeia desenvolveu mesmo uma estratégia específica para o setor agroalimentar, denominada “Do Prado ao Prato”²,

no sentido de reduzir a pegada ambiental do atual sistema alimentar e promover a sua transição para um modelo mais sustentável, assente nos seguintes objetivos: assegurar alimentos suficientes, a preços acessíveis e nutritivos dentro dos limites do planeta; reduzir a utilização de pesticidas e fertilizantes químicos, bem como de agentes antimicrobianos; aumentar a percentagem de terrenos agrícolas consagrados à agricultura biológica; promover um consumo alimentar e regimes alimentares saudáveis mais sustentáveis; reduzir as perdas e o desperdício alimentares; combater a fraude alimentar ao longo da cadeia de abastecimento; e promover o bem-estar dos animais. Tudo isto, mantendo a ambição da justa remuneração dos produtores agrícolas, bem como da competitividade da agricultura da União Europeia a nível mundial.

Recorde-se que o atual Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (no período 2023-2027) prevê apoios adicionais para os agricultores que adotem práticas mais sustentáveis, ligadas à descarbonização, a uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e que protejam a biodiversidade, tudo expresso e traduzido nos denominados “ecorregimes” e “medidas agroambientais”³.

E a verdade é que os consumidores parecem hoje estar mais disponíveis para valorizar o que tem origem na produção local, que esteja associado a autenticidade e respeito pelos princípios da sustentabilidade. Daí a aposta nos circuitos curtos de comercialização, que para além dos contributos que prestam à descarbonização, reforçam a relação de confiança entre produtores e consumidores. Neste sentido, o “Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável”⁴, lançado em 2021.

Sendo que, por estes tempos, e após as crises observadas nas cadeias de abastecimento, provocadas pela pandemia por Covid-19 e pela guerra na Ucrânia, a Política Agrícola Comum tem vindo a tornar-se ainda mais ambiciosa, assumindo, mais que a segurança alimentar, o objetivo da soberania alimentar, contribuindo assim para a densificação do denominado conceito de “autonomia estratégica”, cada vez mais advogado pela União Europeia.

3. www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-portugal-saiba-mais;

4. www.pdr-2020.pt/centro-de-informacao/noticias/plano-nacional-de-alimentacao-equilibrada-e-sustentavel;

1. www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-green-deal/;

2. www.consilium.europa.eu/pt/policies/from-farm-to-fork/;



A propósito de tudo isto, em 2023, no discurso sobre o estado da União⁵, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, aproveitou mesmo o momento para homenagear os agricultores europeus pelo facto de “dia após dia nos abastecerem de alimentos” e pelo papel fundamental que desempenham na nossa “independência alimentar”, lembrando o contexto em que o fazem nos dias de hoje, face “às consequências da agressão russa contra a Ucrânia, às alterações climáticas que provocam secas, incêndios florestais e inundações, bem como as novas obrigações” a que estão sujeitos, que “se repercutem, cada vez mais, no seu trabalho e na sua base de rendimento”.

Ou seja, a Comissão Europeia tem plena consciência da importância de a União Europeia depender apenas de si para assegurar a alimentação da sua população, designadamente tendo em conta o atual contexto da geopolítica mundial, mas também dos enormes desafios com que se confrontam atualmente os agricultores europeus, face à concorrência que frequentemente enfrentam nos mercados internacionais, de agricultores de outras geografias, desobrigados do cumprimento das mesmas regras ambientais.

Ora, é neste contexto, de arquitetura desenhada pela Política Agrícola Comum, que devem ser observados os desafios e oportunidades da agricultura portuguesa, sem prejuízo, naturalmente, das especificidades que oferece e convoca a própria realidade nacional.

Sendo importante esclarecer, que o facto dos Estados – membros estarem vinculados às regras da Política Agrícola Comum, não os inibe da responsabilidade de construir políticas públicas nacionais, complementares às comunitárias, uma vez que segundo os Tratados que regem a União Europeia, estamos no domínio das denominadas “competências partilhadas”.

E Portugal continental, como sabemos, apesar de constituir um território relativamente pequeno, com cerca de 90.000 Km², é um espaço muito diferenciado, quer do ponto de vista demográfico, da sua orografia, da sua estrutura fundiária, quer do seu clima e recursos, acesso à água, o que em bom rigor, faz com que comporte não uma, nem duas, mas diversas agriculturas, o que tudo oferece desafios que exigem respostas específicas, e frequentemente,

5. www.portugal.representation.ec.europa.eu/news/soteu-discurso-sobre-o-estado-da-uniao-de-2023-proferido-pela-presidente;

políticas públicas mais direcionadas. Mas também oportunidades e abordagens diferenciadas.

Por outro lado, se é verdade que a produção agrícola nacional tem evoluído favoravelmente desde que integrou a União Europeia, sendo hoje exportadora em setores como o das frutas, legumes e flores, e considerada mesmo a “liga dos campeões” a nível da olivicultura servida pelo perímetro de rega do Alqueva, não é menos verdade que Portugal possui atualmente um défice de cerca de 4,5 mil milhões de euros na balança comercial agroalimentar.

Recorde-se, a título de exemplo, que relativamente aos cereais, Portugal tem vindo a perder, ano após ano, área de cultivo, apresentando nesta altura um dos níveis de auto aprovisionamento mais baixos da Europa, situação que representa um risco para o abastecimento agroalimentar. Pelo que, no sentido de inverter esta trajetória e reforçar a produção nacional, o Governo português lançou recentemente um conjunto de medidas, que denominou de “Estratégia+Cereais”⁶.

Outro dos desafios com que se confronta a agricultura nacional, prende-se com a necessidade da regeneração geracional do nosso tecido agrícola, claramente o mais envelhecido da União Europeia. Menos de 4% dos agricultores portugueses têm menos de 40 anos. Daí que a atração de mais jovens para a agricultura é uma prioridade, designadamente se pretendemos continuar a afirmar o desígnio da segurança e soberania alimentar, e obviamente, a missão de promover a dinamização do mundo rural. Aliás, é bom que não esqueçamos que em muitos dos nossos territórios, o setor agrícola é a principal atividade económica, e em muitos deles, é mesmo a única garantia de presença do homem. Em boa verdade, a agricultura é também coesão territorial.

A propósito, recentemente foi aumentado para o dobro o apoio à instalação de jovens agricultores, de tal forma que um jovem que pretenda instalar-se hoje como agricultor, em regime de exclusividade, terá direito a um prémio no valor de 50.000 euros, quando esse prémio, no regime anterior, não ultrapassava os 25.000 euros. Também o limite máximo de apoio ao investimento do jovem agricultor passou de 206.000 euros para os 400.000 euros.

6. www.gpp.pt/index.php/noticias/estrategia-cereais-aumento-de-producao-sustentavel-de-cereais-eu-portugal-2025-2030;



Ainda sobre esta matéria, julgo que seria de equacionar a implementação de um sistema de acompanhamento da instalação do jovem agricultor, que lhe facultasse o necessário apoio técnico durante a execução do seu projeto, que frequentemente aporta desafios que exigem mais experiência e conhecimento. É fundamental que o jovem agricultor não se sinta abandonado perante as dificuldades que necessariamente surgem durante o período de instalação e implementação do seu projeto agrícola.

O desafio da inovação e da tecnologia na agricultura. É importante uma aposta maior em investigação e desenvolvimento, e designadamente, uma ligação mais próxima entre a academia e o agricultor. O setor agrícola está cada vez mais alinhado com as novas tecnologias, com a transição digital, com a inteligência artificial e com os novos processos de produção. Temos em Portugal excelentes exemplos de “agricultura de precisão”, mas precisamos de mais capacitação e investimento. O combate às alterações climáticas, a gestão mais eficiente dos recursos hídricos, a manutenção e proteção dos nossos solos, o aparecimento de novas pragas e doenças, a resiliência das plantas, a eficiência alimentar na pecuária, impõem, obviamente, mais conhecimento científico e investigação aplicada. Daí que devemos promover o reforço das parcerias entre centros de investigação, universidades, institutos politécnicos e organizações de agricultores, sejam elas associações ou cooperativas. Aliás, os novos programas de apoio vão valorizar projetos com forte componente de transferência de conhecimento, prevendo bolsas de inovação no terreno e polos de demonstração agrícola com acesso direto a novas tecnologias e boas práticas. A propósito, a própria CCDR NORTE está a investir nesta altura, com apoio de fundos do PRR, em três Polos de Inovação dedicados ao setor agrícola, na Quinta de Vairão, em Vila do Conde, na Quinta de Santa Bárbara, em São João da Pesqueira e na Quinta de Valongo, em Mirandela.

Uma breve nota ainda sobre a Floresta, que sempre teve grande ligação à agricultura, e que passou a merecer maior atenção, quer das políticas europeias, quer das políticas nacionais, na sequência dos grandes incêndios dos últimos anos, que têm fustigado a Europa, designadamente, os países do Sul, onde Portugal tem sido também um infeliz protagonista.

Com efeito, o próprio Pacto Ecológico Europeu prevê um conjunto de medidas que visam precisamente proteger e regenerar as florestas europeias, bem como robustecer a sua resiliência, por forma a aumentar o sequestro de carbono e contribuir assim para a atenuação das alterações climáticas. Pretende ainda, com essas medidas, promover uma gestão mais sustentável da floresta, respeitadora da biodiversidade e capaz de fortalecer a economia florestal. Esta estratégia, denominada de “Florestas 2030”⁷, tem a ambição de concretizar a plantação de três mil milhões de árvores em todo o território da União Europeia até 2030.

No mesmo sentido, o Governo português lançou recentemente o “Plano de intervenção para a Floresta 2025-2050”⁸, para o qual alocou um investimento de 6,5 mil milhões de euros, e através do qual pretende promover a sustentabilidade da floresta em Portugal, tendo em consideração a sua dimensão social, económica e ambiental, apoiando a gestão florestal e a preservação dos recursos naturais. Entre as principais metas, destacam-se a melhoria da gestão e conhecimento da propriedade florestal (fortemente fragmentada no nosso país...), a valorização da atividade florestal, o incentivo à inovação, o reforço da resiliência da floresta contra os incêndios, bem como a simplificação da governação e processos administrativos associados mais eficientes.

Com esta estratégia, o setor torna-se mais atrativo, a dimensão económica da floresta ganha dimensão, e os objetivos do combate às alterações climáticas, da promoção e preservação dos ecossistemas naturais, sai claramente reforçado.

(*) Jurista. Ex-Vereador da Câmara Municipal da Maia. Ex-Deputado da Assembleia da República Portuguesa.

Vice-presidente da CCDR NORTE para as áreas da agricultura e pescas.

7. www.ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_21_3723;
8. www.portugal.gov.pt/gc24/comunicao?i=plano-de-intervencao-para-a-floresta-2025-2050;

PAISAGENS EM TRANSIÇÃO: AGROECOLOGIA, FLORESTA, TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE

Nuno Pedroso e Fátima Baptista (*)

A contemporaneidade rural e periurbana está a transformar-se perante os nossos olhos. Por todo o espaço europeu, e em particular em Portugal, assistimos a uma mudança profunda nas relações entre o ser humano e o solo. A Agricultura e a Floresta deixaram de ser apenas setores produtivos para passarem a ser palco de disputas ambientais, sociais, tecnológicas e culturais.

A urgência de práticas agrícolas e florestais sustentáveis é hoje incontornável. As alterações climáticas deixaram de ser um fenómeno projetado para o futuro e tornaram-se uma realidade bem presente, com impactos crescentes nos ecossistemas, na produtividade e na estabilidade dos territórios. O aumento da temperatura média, a crescente escassez de água, a maior frequência de fenómenos extremos (como secas prolongadas, incêndios rurais, inundações ou pragas emergentes), e a instabilidade dos ciclos biológicos afetam simultaneamente a agricultura e a floresta.

Em Portugal, estas pressões são particularmente graves. Solos frágeis e pouco profundos, com influência de um clima mediterrânico semiárido e a tendência para a desertificação colocam em risco a viabilidade de muitos sistemas produtivos. Os montados, as pastagens permanentes, os povoamentos florestais e as culturas agrícolas enfrentam um stress crescente. A degradação dos solos, a escassez hídrica, o declínio da biodiversidade funcional e a perda de cobertura vegetal agravam a vulnerabilidade ecológica e económica destas paisagens.

Perante este contexto, torna-se evidente que os modelos convencionais de produção intensiva ou de gestão florestal baseada na monocultura já não são sustentáveis. É necessário reconverter práticas, restaurar ecossistemas, repensar o uso do solo e adotar abordagens integradas que unam produção, conservação e adaptação climática.

Nos últimos 15 anos, Portugal tem vindo a afirmar-se como um laboratório vivo de transições agroflorestais. Perante os efeitos crescentes das alterações climáticas, o esgotamento de recursos naturais e a degradação dos solos, os investigadores e os próprios agricultores têm respondido com práticas inovadoras, adaptativas e regenerativas.

O país tem desenvolvido investigação de ponta em áreas como a agroecologia, agricultura biológica, restauro de ecossistemas, sistemas agroflorestais mediterrânicos, uso eficiente da água, integração agro-pastoril e valorização da biodiversidade funcional. Universidades, centros de

investigação e redes colaborativas têm sido motores deste avanço. A par da ciência, muitos destes sistemas assentam também em conhecimentos empíricos, experiências locais e práticas enraizadas.

No MED – Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento, sediado na Universidade de Évora, esta transformação é um dos eixos centrais de investigação e ação. Inseridos numa região marcada pela singularidade ecológica e cultural do montado e de outros sistemas agro-silvo-pastoris, temos procurado compreender e acompanhar estas transições. Mais do que estudar práticas agrícolas ou florestais isoladamente, trabalhamos sobre sistemas complexos que cruzam produção, conservação, território, sociedade e políticas públicas. É a partir desta abordagem integrada que procuramos contribuir para soluções sustentáveis, enraizadas nos territórios e com impacto na resiliência ecológica e económica das comunidades.

O MED tem trabalhado ativamente nestes domínios. Através das suas linhas temáticas sobre Produção Agrícola Sustentável, Produção e Saúde Animal, e Montado e Sistemas Florestais, desenvolvemos investigação aplicada e interdisciplinar sobre estratégias de adaptação às Alterações Climáticas e Ambientais (outra linha temática), como:

Seleção de variedades agrícolas e espécies florestais mais resilientes;

Reconfiguração de povoamentos e culturas mistas para maior resistência a secas e incêndios;

Técnicas de retenção de água no solo, cobertura vegetal e gestão da matéria orgânica;

Sistemas agroflorestais e silvopastoris que aumentam a resiliência e multifuncionalidade;

Modelos de rega eficiente e integração agro-silvo-pastoril em equilíbrio com a regeneração natural;

Monitorização do risco climático e desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão.

Estes trabalhos visam reforçar os serviços de ecossistema prestados pela paisagem agroflorestal: regulação do clima, conservação do solo e da água, sequestro de carbono, proteção da biodiversidade e, claro, produção de alimentos, biomassa e outros recursos essenciais.



A sustentabilidade, neste enquadramento, não pode ser pensada apenas em termos ambientais. É também uma questão social e económica. Uma agricultura ou floresta que não garanta rendimento aos produtores, que não promova o bem-estar das comunidades locais, ou que dependa de fatores de produção externos insustentáveis, não será viável a médio prazo. A resposta às alterações climáticas requer, por isso, uma visão integrada e territorializada – que ligue clima, solo, conhecimento, economia e cultura.



É neste cruzamento que temos de atuar, promovendo soluções sustentáveis com base científica, aplicabilidade prática e compromisso com os territórios. Porque enfrentar as alterações climáticas é, acima de tudo, um desafio de reconstrução de equilíbrios: entre o humano e o natural, entre o curto e o longo prazo, entre a produção e a regeneração.

Sistemas em transição: entre o rural e o periurbano

Estes debates ganham contornos particulares em zonas de fronteira entre cidade e campo. Os territórios periurbanos – como os que envolvem cidades médias ou grandes áreas metropolitanas – estão a tornar-se espaços-laboratório onde se testam novas formas de produção e consumo alimentar.

Hortas urbanas, cooperativas de produtores, mercados locais, quintas experimentais, projetos de agricultura apoiada pela comunidade, e programas educativos com escolas, são alguns exemplos de práticas emergentes. A sua relevância não reside apenas na produção de alimentos, mas na reconstrução do laço social e territorial com a terra e com comunidades locais e rurais.

Estes sistemas híbridos – nem plenamente urbanos, nem rurais no sentido clássico – são espaços onde o conhecimento técnico, a governança local e o envolvimento cidadão se entrelaçam. A transição agroecológica passa necessariamente por aqui.

Do campo à mesa: cadeias curtas e consumo responsável

A transformação dos sistemas agroalimentares exige mudanças em toda a cadeia – da produção ao consumo. Tem-se assistido, em Portugal e na Europa, a um renascimento das cadeias curtas de abastecimento alimentar: mercados locais, feiras de produtores, entregas em cabazes, parcerias entre agricultores e consumidores.

Este movimento está ligado a várias preocupações: saúde, qualidade alimentar, pegada ecológica, justiça económica, revalorização do território, e segurança alimentar cada vez mais importante tendo em conta a instabilidade geopolítica internacional.

Ao escolhermos alimentos de origem local e sustentável, estamos a apoiar práticas agrícolas mais equilibradas, a reduzir emissões associadas ao transporte e a reforçar economias locais.

A investigação do MED tem procurado estudar estas cadeias sob diferentes perspetivas: organização dos mercados, confiança entre produtores e consumidores, estratégias de comunicação e rotulagem, e avaliação de impacto ambiental. Um dos focos é perceber como estas iniciativas podem ser escaladas, replicadas e integradas nas políticas públicas.

Ao mesmo tempo, trabalhamos com escolas, autarquias e associações para promover literacia alimentar, capacitação dos consumidores e práticas de compra informadas. O consumo responsável é uma dimensão essencial da sustentabilidade – e uma via concreta para envolver os cidadãos nas transições em curso.

Solos, água, biodiversidade: os fundamentos da regeneração

No centro de qualquer sistema agrícola ou florestal sustentável está o solo. Em termos ecológicos, é o suporte físico da vida terrestre e a base invisível de todos os sistemas produtivos. Em termos sociais e económicos, é o alicerce da segurança alimentar, da resiliência ecológica e da viabilidade das economias rurais.

A nível europeu, os solos encontram-se numa situação crítica. Estima-se que mais de 60% dos solos europeus estão degradados ou em risco, afetados por processos como a erosão, a compactação, a contaminação, a salinização ou a perda de matéria orgânica. Esta degradação resulta de pressões acumuladas ao longo de décadas: uso intensivo do solo, urbanização rápida, poluição industrial, práticas agrícolas não sustentáveis e padrões de consumo desajustados. As alterações climáticas agravam ainda mais este cenário, com secas mais frequentes, chuvas intensas e temperaturas extremas.

Estas pressões comprometem gravemente a capacidade dos solos em fornecer bens e serviços essenciais, como a produção de alimentos, a regulação dos ciclos da água e do carbono, a filtragem de poluentes e o suporte à biodiversidade. A médio e longo prazo, está em causa não só a sustentabilidade ecológica, mas também a própria base económica das zonas rurais e periurbanas.

Portugal, e em especial o Sul, é uma das regiões europeias mais vulneráveis. Os solos são, em geral, frágeis, pouco profundos, com baixos teores de matéria orgânica, elevada suscetibilidade à erosão e capacidade de retenção de água muito limitada. Estes fatores, combinados com a variabilidade climática extrema e a pressão sobre os usos do solo, tornam o território particularmente sensível à desertificação e à perda de produtividade.

Perante este cenário, a regeneração dos solos impõe-se como uma prioridade estratégica nacional e europeia. Mas para que esse processo seja eficaz, é necessário mais do que boas intenções: são exigidas inovação científica, demonstração prática, produção e partilha de dados e conhecimento, inovação social e maior envolvimento da sociedade. É esse o caminho que o MED tem vindo a percorrer.

A nossa investigação centra-se na análise da saúde dos solos em sistemas agroflorestais e agrícolas, testando abordagens regenerativas como:

Cobertura vegetal viva e gestão da vegetação espontânea;
Fertilização orgânica com base em resíduos locais;
Agricultura de conservação, com mobilização mínima do solo;

Integração agroflorestal, aliando árvores, culturas e pastoreio extensivo;

Agricultura de precisão aliada à gestão da biodiversidade;
Monitorização da biodiversidade do solo e do carbono orgânico;

Planeamento paisagístico multiescalar, promovendo conectividade ecológica.

Estas práticas regenerativas não só restauram a funcionalidade ecológica do solo, como contribuem para sistemas mais resilientes às alterações climáticas, mais eficientes no uso da água e mais justos na distribuição de valor.

A ligação entre agricultura/floresta sustentáveis e saúde do solo é, portanto, central: não há sistemas produtivos viáveis sem solo vivo. **E não haverá paisagens resilientes sem políticas públicas, mercados e consumidores que reconheçam e valorizem esta interdependência.** Por isso, a saúde do solo deve deixar de ser um tema exclusivamente técnico e tornar-se uma prioridade política e cultural. O futuro das paisagens alimentares – e das comunidades que delas dependem – joga-se na forma como tratamos o solo hoje.

Olhar o futuro, habitar a transição

Aceitamos com gosto este convite para contribuir com a nossa reflexão. O momento que vivemos é de urgência e possibilidade. Urgência perante as crises ecológicas e sociais que se intensificam. Possibilidade de construir alternativas mais justas, resilientes e regenerativas.

É nas paisagens de transição – entre o campo e a cidade, entre o passado e o futuro – que se joga boa parte do que será a nossa capacidade de viver de forma sustentável. O papel da ciência, das instituições, mas também das comunidades locais, será decisivo.

(*) Doutor Nuno Pedroso - Director Executivo do MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento, Investigador Auxiliar da Universidade de Évora.

&

Professora Fátima Baptista - Directora do MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento, Professora Catedrática do Departamento de Engenharia Rural da Universidade de Évora

UMA HISTÓRIA DE AMOR À TERRA – AUGUSTO SIMÕES

Rui Teles de Menezes (*)

Augusto Simões Ferreira da Silva é um nome que ecoa na História da Maia, sendo muito mais do que um simples agricultor de Pedrouços. Caracterizado como figura única e carismática, deixou uma marca indelével e um legado à Maia em forma de património para as gerações vindouras.

Nasceu a 6 de abril de 1881, no lugar de Pedrouços, aí faleceu a 30 de setembro de 1948, na sua casa de lavoura rodeado dos seus criados. Casou com Rita Barros, natural de Paranhos, mas enviuvou ainda bastante novo, não resultando descendência desse curto matrimónio. Era filho de António Simão Ferreira da Silva e Rosa da Silva Neves, considerados abastados lavradores. Era neto paterno de Manuel Simão Ferreira da Silva, que também chegou a exercer a função de Presidente da Câmara Municipal da Maia em 1843. Álvaro do Céu Oliveira, no Temas Maiatos n.º 6 relacionado com a Maia e as Lutas Liberais, refere que este aparece como secretário da Comissão encarregue dos Autos de Liquidação de Perdas, para indenizações a atribuir pela passagem dos exércitos miguelistas. O testamento deste seu antepassado consta do Arquivo Municipal da Maia, no livro 29, de 1863, com data de 3-4-1860.

Os vários campos onde se movimentou

Nas eleições de outubro de 1916 foi indicado como vereador substituto por Águas Santas, segundo a relação dos cidadãos e eleitores. Entre 1915 e 1923, foi Vice-Presidente do Senado, órgão deliberativo municipal. Também foi Vice-Presidente da Comissão Executiva liderada pelo Dr. António dos Santos, entre 1926 a 1941. Augusto Simões presidiu aos destinos da Câmara Municipal da Maia de 3-1-1922 a 16-4-1923 e de 2-1-1941 até 6-12-1944.

Mas não foi só no âmbito político que Augusto Simões se destacou. A sua acção foi efectiva na cultura e desporto. Esteve na génese do Grupo Dramático e Recreativo Flor de Pedrouços, iniciado a 15 de outubro de 1919. Figura de relevo na colectividade, nas paredes da sede pontificava uma fotografia sua que mais tarde serviu para a pintura do quadro da autoria de António Cruz, da coleção municipal. Ainda pertenceu à comissão organizadora dos novos estatutos de 1947 do Flor. Augusto Simões também foi um dos quinze fundadores da Assembleia Recreativa de Barreiros em 1922.



Augusto Simões, pintura a óleo da Câmara Municipal da Maia

Anos mais tarde, em 1929, é fundado o Pedrouços Atlético Clube, comumente conhecido como o clube de Augusto Simões. O antigo campo da bola levava o seu nome até passar para o domínio camarário. Um sinal do respeito granjeado no desporto municipal foi o Festival Desportivo ocorrido em dezembro de 1940 em Barreiros, onde esteve em disputa a Taça Comendador Augusto Simões, entre o S. C. Castelo da Maia e o Luso Barreirense F.C, com vitória do primeiro por 3-2.

Curiosidades, peripécias e polémicas

Em agosto de 1914, o regedor António Ribeiro informou o Administrador do aparecimento de um cadáver num terreno da casa de Augusto Simões. O corpo do indivíduo foi depois removido para a morgue. Pouco tempo depois, um moço de lavoura chamado João Pereira Ribeiro estava internado há quase um ano no Hospital de Sto. António, sendo o seu fiador Augusto Simões. Este internamento em nada o beneficiava, prejudicando outros doentes. Era conveniente que viessem buscar o homem, sendo da responsabilidade de Augusto Simões que, segundo o hospital, “parecia querer isentar-se visto que vem sendo avisado, ainda até esta data não honrou o compromisso nem a tais bilhetes respondeu”.

Segundo o jornal O Intransigente, n.º 1 de 1926, em acesa discussão de reunião de Câmara, tomaram da palavra o Presidente António dos Santos, Monteiro Alves, Germano Vieira e Augusto Simões. Entre estes dois últimos, são esgrimidos argumentos sobre a electrificação do concelho. Às tantas o Dr. Germano Vieira sai-se com uma afirmação reveladora da realidade do que seria o centro da Maia: “... e afinal Barreiros, como sabem, não tem foros de Vila porque é somente um amontoado de casas e um canal de estradas... isto sem desprimor, é claro.” António dos Santos interrompe o discurso, talvez desagradado com o tom da conversa, e segue-se a intervenção do orador Carlos Ferreira da Silva, saudando os Presidentes do Senado e Comissão Executiva, manifestando o apoio a António dos Santos e Augusto Simões.

Depois de ter falecido, a figura de Simões foi alvo de contestação por uma Comissão Pró-Barreiros em 1951, composta por Abílio da Costa Mendes, Abílio Ferreira de Carvalho, António Gomes Pereira, Rodrigo Silva e David Soares d’Almeida. Em causa estava uma homenagem pós-tuma, pela Câmara, a Sá e Melo e Augusto Simões, envolvendo a colocação dos seus bustos no edifício dos Paços do Concelho. Incisivamente, afirmavam: «Tomamos então a liberdade de perguntar, em que melhoramento da Vila, grande ou pequeno que seja, marcou o Sr. Augusto Simões a passagem por essa Câmara!?!... Mais, ousamos afirmar, sem receio de desmentido, de que foi ele o inimigo n.º1 desta linda terra, cujo progresso teve sempre nele o maior entrave. Não queremos de forma alguma negar o que ele fez pró progresso da sua terra natal, mas afirmamos, perentoriamente, que esta Vila, então Barreiros, foi sempre olhada por ele com desprezo. Ao lado, pois, do Sr. António Melo, só um fica bem e traduz espírito de justiça – é o Sr. António Francisco da Silva. O busto do Sr. Simões só deve ter lugar, e talvez aí com muita justiça, na freguesia de Águas Santas, e não na terra para quem ele um dia teve esta infeliz expressão “Barreiros já tem mais do que merecia.”».

Outro relato de Álvaro do Céu Oliveira assegura que “quanto à vila, chamavam-lhe tudo menos Barreiros. (...) Que assim era, bastará referir que o grande maiato que foi o comendador Augusto Simões Ferreira da Silva – meu querido e chorado amigo – nunca hesitou em declarar que Barreiros era barro, toda a vez que se pretendeu valorizar a sede concelhia”. Mesmo dentro de muros concelhios, o exacerbado bairrismo era uma realidade para a época.

O seu papel na agricultura maiata e nacional

Segundo o que pude apurar, embora seja atribuído a Augusto Simões a introdução na região de novas técnicas de cultura e modernos instrumentos agrícolas, consta que não as aplicava nos seus campos de cultivo. Facilmente comprovável era o carácter determinado e poder de oratória que demonstrava. O primeiro grande evento onde teve um papel crucial foi a 1.º Exposição do Milho em 1929. Talvez por isso discursou a 17 de novembro de 1930, depois da visita dos ministros do Interior e da Agricultura no seguimento da possibilidade de junção dos concelhos da Maia e Valongo. Após a recepção na Câmara Municipal, acompanhados pelos tradicionais foguetes e aplausos, seguiu-se uma visita ao concelho. Em resposta ao discurso do ministro da Agricultura, Linhares de Lima, Augusto Simões tomou a palavra e fez valer os seus dotes de orador, aludindo ao labor dos maiatos e à defesa da lavoura.



Atribuição de condecoração a Augusto Simões, 1932

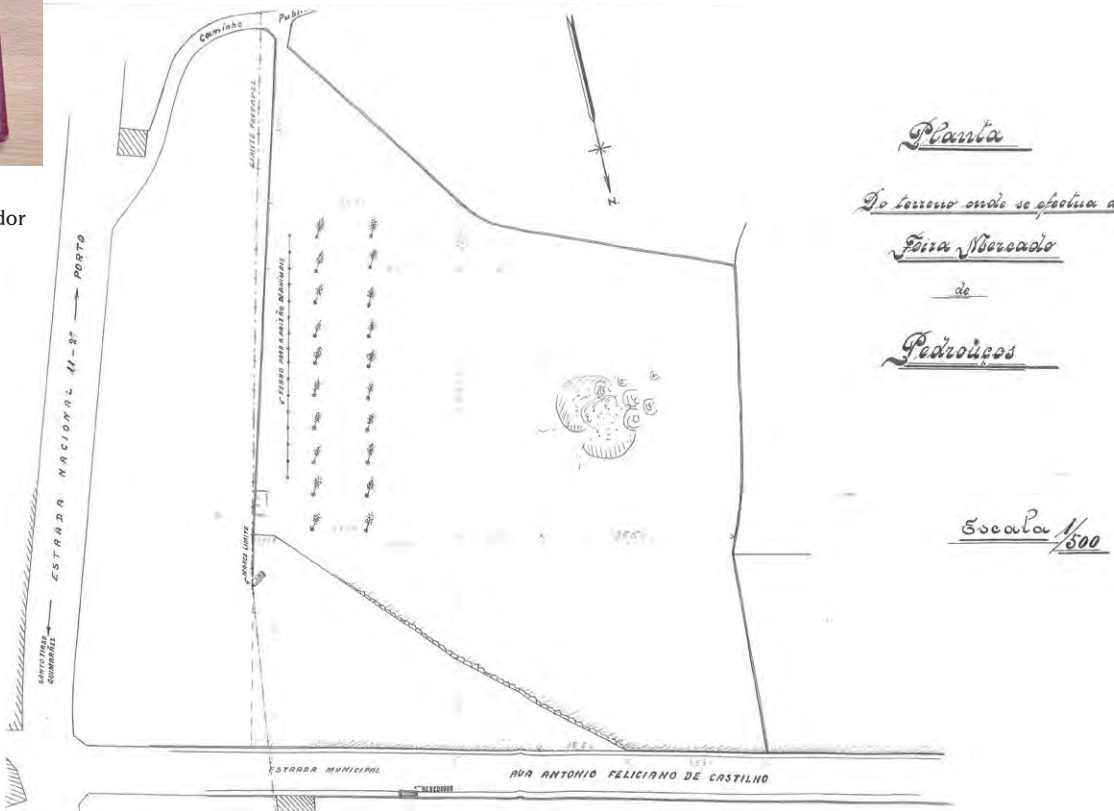
Para rematar as intervenções, o Chefe da Secretaria, Augusto Ribeiro da Silva leu a seguinte mensagem: – “Excelentíssimo Ministro da Agricultura, o Concelho da Maia honrando-se com a visita de V.Exª aproveita esta feliz oportunidade para indicar ao espírito esclarecido de V.Exª o nome do cidadão Augusto Simões Ferreira da Silva, como o mais ilustre representante da lavoura da Maia. Este Concelho é essencialmente agrícola, sendo a sua principal riqueza este solo abençoado de onde o homem extrai todos os produtos que bastam a sua alimentação, e em grande parte são exportados para a vizinha cidade do Porto.



Insignias de Mérito Agrícola do Comendador Augusto Simoes

Augusto Simões Ferreira da Silva tem sido, entre nós, o pioneiro da Grande Causa da Lavoura, promovendo o progresso das culturas e a propaganda dos modernos instrumentos agrícolas. A ele se deve em grande parte o entusiasmo despertado pela primeira Exposição de Milho realizado no ano findo e o seu nome está ligado também à Exposição que V. Exª se dignou inaugurar ontem no Palácio de Cristal.

O Concelho da Maia ousa lembrar a V. Exª a justiça dum galardão, que o Governo a que V. Exª pertence poderia conceder a tão ilustre como benemérito cidadão pois honrando Augusto Simões Ferreira da Silva, honrar-se-á o nobre e progressivo concelho, de que ele é um dos mais dilectos filhos”.



Feira em Pedrouços, anos 30-40

O momento foi tão marcante, que no regresso a Lisboa, os ministros transmitiram ao Governo a importância das posições da Maia e passados dois anos, atribuíram a Ordem de Mérito Agrícola ao Comendador Augusto Simões, como se pode comprovar no Decreto de concessão publicado em D.G. de 20 de fevereiro de 1932.

Naturalmente, em dezembro de 1932 presidiu à reunião que instituiu legalmente o Sindicato Agrícola da Maia, evento que contou com a presença de 162 agricultores. Aí, foi eleita a primeira direção oficialmente reconhecida: António Francisco Dias, o padre Eduardo Alves Espinheira, Manuel Moreira de Sousa (Sobrinho), Alfredo Santos Leite e Augusto Simões. Ainda presidiu à Direcção do Grémio da Lavoura no mandato de 1945-1948.

A criação de uma feira na Areosa, ainda antes da instalação do Mercado das Oliveiras (1952), numa antiga mata de Pedrouços, deveu-se à acção de Augusto Simões e a um grupo de negociantes de gado e de lavradores do nosso concelho. O aumento populacional e localização geográfica contribuíram para esta nova realização agrícola. Criada em 1935, ocupava uma área de 8000 m2 e realizava-se, semanalmente, às terças-feiras, servindo vastas áreas da Maia, Valongo e Gondomar. A primeira foi tão impactante que se fala na presença, entre feirantes e expositores de gado, de 8300 juntas de bois, sendo uma delas transacionada por 5000\$00, um valor tremendo para a época.

Em 1937, aconteceu a Feira das Colheitas organizada no Palácio de Cristal. O Sindicato Agrícola da Maia e Augusto Simões lideraram o processo, representando brilhantemente a Maia. Para o sucesso alcançado muito contribuiu o esforço animador do «lavrador inteligente e de espírito progressivo», alvo de grandes elogios pelo papel de baluarte da agricultura no Norte de Portugal. A realização do Desfile do Milho, com início, junto à Circunvalação, próximo ao posto do Ameal, contou com a presença do Tenente Carlos Moreira, Administrador do Concelho, Augusto Simões, outras individualidades e numerosos carros de gado vindos de lavradores de dez freguesias da Maia. Como recompensa pelo trabalho desenvolvido, o Presidente da Câmara Municipal do Porto decidiu oferecer o prémio de 1000\$00 ao Sindicato Agrícola da Maia. A iniciativa foi tão celebrada que no final do ano foi organizado um banquete de homenagem ao Administrador Carlos Moreira e à Comissão Administrativa da Câmara da

Maia encabeçada pelo Dr. António dos Santos, que contou com 300 convivas e onde discursaram Joaquim Barroso Dias, secretário da Câmara, Dr. Daciano Quintela, Carlos Moreira, Augusto Simões, e por fim, o Governador Civil.



Feira das Colheitas 1937, Cortejo do Milho, com Dr. António dos Santos e Augusto Simões

Augusto Simões também desempenhou cargos em diversas instituições estatais, como a Junta de Província do Douro Litoral, Junta Nacional dos Produtos Pecuários, Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e na Comissão de Silos do Norte. Volvidos quase 15 anos do seu falecimento, por altura da inauguração do novo edifício do Grémio da Lavoura da Maia na rua Carlos Pires Felgueiras, a 7 de julho de 1962, foi prestada homenagem ao ilustre lavrador e Comendador, incluindo um bronze em relevo ao homem que personificou a defesa e promoção da agricultura maiata.

Como Benemérito – o Legado de Augusto Simões

Efectuou testamento a 19 de março de 1940 e declarou como único herdeiro a instituição Câmara Municipal da Maia. O documento afirmava que deixava” todos os seus bens à C.M. Maia, instituindo-se assim, o legado Augusto Simões, com obrigação de se construir um Asilo-Escola, destinado a crianças pobres e filhos de cultivadores do concelho da Maia, a quem seria ministrado o ensino adequado para fazer deles bons operários agrícolas. Tendo sempre em atenção, o alto interesse das classes agrícolas”. Aliás, todo o gado e utensílios que existissem, deveriam ser vendidos e a receita reverter para a Junta de Freguesia e ser distribuída a 12 pobres dos mais necessitados.



Assinatura de Augusto Simões

Mas a indecisão e o tempo decorrido dificultaram o cumprimento da sua vontade, acabando o dinheiro e rendimento das propriedades por apenas financiar a frequência de alguns alunos na Escola Agrícola Conde de São Bento, em Santo Tirso, facultando-lhes assim, o curso de feitor agrícola. Só que as inscrições eram diminutas, era preciso fazer algo.

O Governador Paulo Durão foi recebido pelo novo Presidente Vieira de Carvalho no final de maio de 1970 e falou-se na criação duma Escola Técnica, propondo-se o Município a oferecer os terrenos, via legado. As avultadas propriedades situadas no extremo do concelho, quase diante do hospital de S. João (Faculdade de Medicina do Porto), serviriam para a concretização da vontade de Simões. Anos mais tarde, parte desses terrenos acabaram cedidos para instalações universitárias, por isso hoje existe uma Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica – Externato Augusto Simões Ferreira Silva – AESBUC/EASFS. Já a sua casa, depois de devoluta, abandonada e arrendada a um agricultor. Até que à entrada do séc. XXI, lá se iniciaram as obras para a instalação da nova Junta de Freguesia de Pedrouços, inaugurada a 9 de julho de 2005.

Entre inaugurações e melhoramentos

Homem de acção e discurso fácil, presenciou vários momentos marcantes na vida maiata. Assim, esteve na inauguração da iluminação pública de Gueifães, ocorrida a 12 de fevereiro de 1928. Acompanhados pelo povo no lugar de Muniche, viu com regozijo a iluminação de 20 lâmpadas na presença do Presidente da Comissão Administrativa, Dr. António dos Santos e de Domingos José Dias Seabra, Presidente da Junta de freguesia de Gueifães.

Em 1932 também acompanhou as comemorações do Centenário do Desembarque das Tropas Liberais de D. Pedro em Pampelido, tendo mesmo sido quem depositou o auto da primeira pedra do monumento a instalar no Largo da Feira de Pedras Rubras.A 23 de agosto de 1933, marcou presença na inauguração do Mercado Semanal no Monte Calvário em Nogueira, na qualidade de vogal da Câmara Municipal da Maia.

O nome de Augusto Simões encontra-se consagrado na toponímia do concelho. Em Pedrouços, por uma rua que principia na rua Guerra Junqueiro, atravessa no sentido Norte-Sul, todo o lugar de Sangemil e Cutamas e termina na rua D. António Castro Meireles, junto ao apeadeiro. Na Cidade da Maia, por uma via bem movimentada que inicia em Catassol, junto ao Lar do Comércio, atravessa a Rotunda do Lavrador e termina no cruzamento com a EN 107, junto à Câmara Municipal.

Bibliografia e Fontes

MAIA, Vitor. (2018). *Ilustres da Maia*, Augusto Simões, Vol.I
MAIA, Vitor. (2018). *Comendador Augusto Simões, Esboço biográfico*, in Revista da Maia, Nova série Ano 3 – n.º 2
MENEZES, Rui Teles de. (2019).*Uma visão do concelho da Maia, à luz do seu Arquivo Municipal, IV – Cronologia de factos ocorridos no ano de 1915*, in Revistada Maia, Nova Série, Ano 4 – n.º 1
MENEZES, Rui Teles de. (2024). *A Terra a quem a trabalha*, in Terramaia n.º 6
SAMPAIO, Alvarinho Cerqueira. (2015). *Cooperativa Agrícola da Maia: 40 anos de História*
Aquis Sanctis, Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Águas Santas – Maia, n.º 17 2.º Tri. 1997, p.7
Arquivo Municipal da Maia
Jornal da Maia, Jornal Maia Hoje

(*) Historiador e Técnico Superior de História da Câmara Municipal da Maia

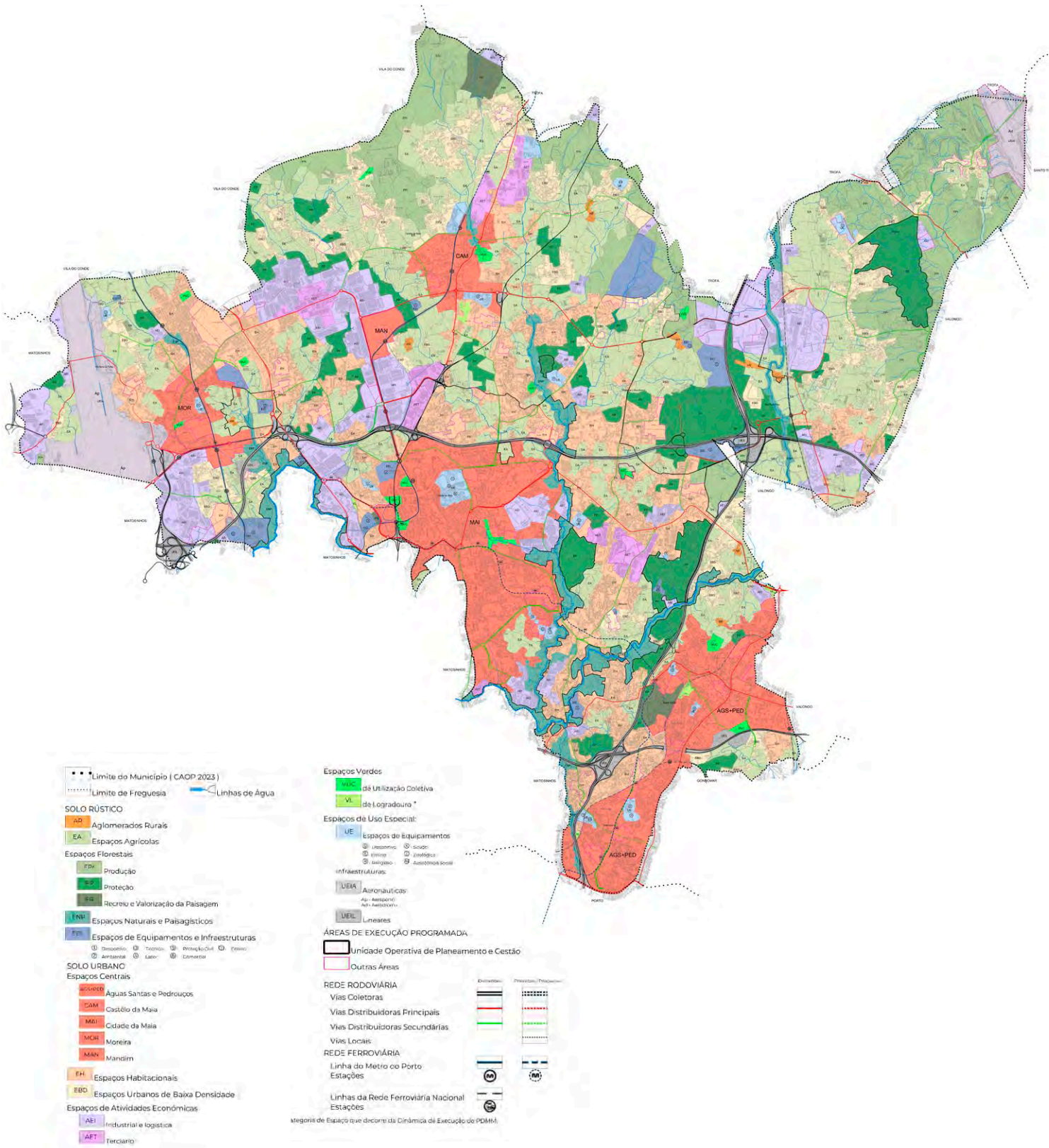


Imagem de síntese elaborada a partir das Cartas do novo Plano Director da Maia

O novo PDM da Maia está em vigor após um longo e esforçado processo de revisão que incorporou um processo participativo pioneiro no País. Nesta imagem estão plasmados graficamente os objectivos centrais:

- Atração de novas atividades económicas, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais aos agentes privados e públicos;
- **Valorização das áreas agrícolas** e de atividades industriais/terciárias relacionadas com a economia 4.0, circular e verde;
- Adoção de uma política de mobilidade sustentável, mais conectada e partilhada;

- Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e fomentando a valorização do sistema ribeirinho do Leça e dos restantes recursos hídricos;
- Melhoria da qualidade de vida, **valorizando a ruralidade, através do reforço da «centralidade agrícola»** e do fomento de uma rede de espaço público, que impulse a sociabilização e a estruturação do território;
- Contenção da expansão urbana, promovendo uma política de colmatção urbana e de racionalização das infraestruturas existentes.

Planeamento institucionalizado, pertence à cidadania que ajudou a concebe-lo, impulsionar e proteger a sua implementação. Nota do Editor.



“O estado geral da agricultura é satisfatório para os lavradores d’este concelho. Os milhos (a principal produção do concelho) estão promettedores; as terras teem bastante humidade, há abundancia de agua de rega, podendo esperar-se boa colheita, especialmente se d’aqui em diante houver mais calor, como é de esperar; a produção de trigo é regular; a de centeio foi mediana. Os batataes estão bons e os legumes promettem abundancia. A nascença de vinho foi irregular, mas limpou bem está bastante desenvolvido, e havendo o cuidado devido, em combater o oidio, podemos esperar boa produção. O estado sanitário dos gados é bom, e o corrente anno tem sido propicio à lavoura em razão da exportação de bois gordos para Inglaterra, o que elevou o preço e deu ocasião a bons lucros aos lavradores cuidadosos”.

A.G.

Revista da Maia, Julho de 1883